

REGIÃO CENTRO



ccdrC comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2011

12



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 09** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas na Região Centro
- 24** Open Days – European week of regions and cities

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

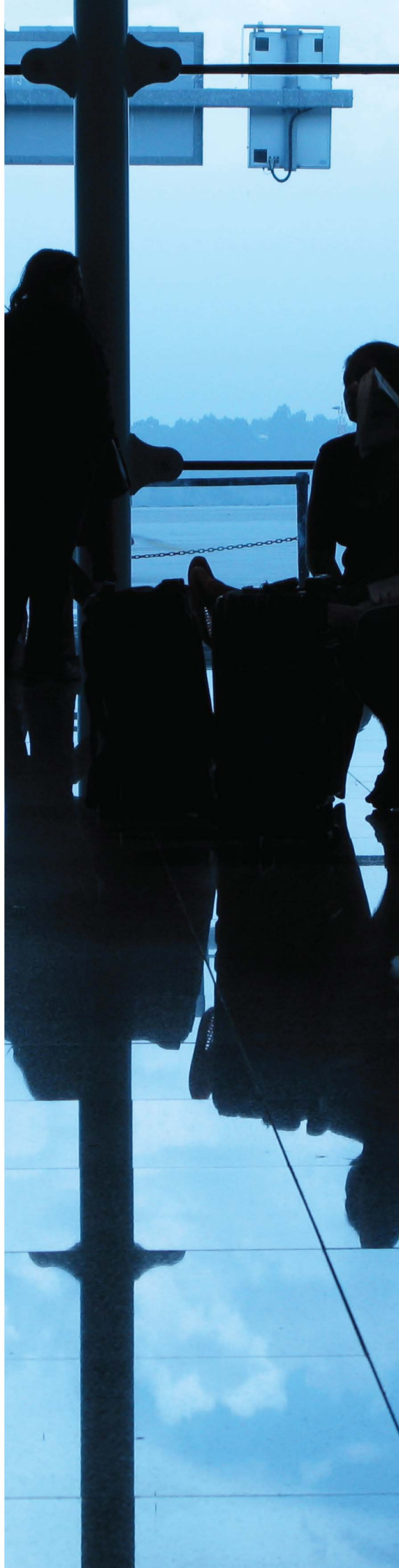
- 26** A aplicação da tipologia de áreas urbanas à Região Centro
- 31** Parque habitacional da Região Centro

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Dezembro de 2011 | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. Impressão: QUILATE - Artes Gráficas, Lda | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>





No terceiro trimestre de 2011, o Produto Interno Bruto diminuiu 1,7% face ao período homólogo. Esta nova contração da atividade económica nacional deveu-se, em exclusivo, à quebra da procura interna que, por sua vez, resultou do decréscimo das despesas de consumo final e de investimento. As despesas de bens alimentares por parte das famílias caiu pela primeira vez e o investimento diminuiu de forma acentuada, aproximando-se do mínimo histórico da série registado no início de 1996. Simultaneamente, verificou-se um aumento do nível geral de preços. Apenas a procura externa registou um comportamento positivo com as exportações a crescerem 6,5%.

Os vários indicadores de mercado de trabalho, referentes ao terceiro trimestre de 2011, apontam para uma evolução negativa do emprego na Região Centro e em Portugal. Segundo informação do inquérito ao emprego divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, assistiu-se a uma quebra da taxa de emprego e da taxa de atividade. A diminuição da população empregada atingiu de forma mais intensa as mulheres, os indivíduos com 45 ou mais anos e os setores primário e secundário (com particular relevo para a construção). No entanto, também se assistiu a uma diminuição da população desempregada. Nesta data o número de desempregados era de 119,9 mil indivíduos na Região Centro, traduzindo-se numa taxa de desemprego regional de 9,4% (menos 3 pontos percentuais que a nacional que se fixou em 12,4%). Continuavam a ser os indivíduos mais jovens (com menos de 25 anos) os mais penalizados pela situação de desemprego, representando já mais de um quarto da população ativa neste escalão etário (26,5%). A situação menos favorável dos indivíduos mais jovens disponíveis para trabalhar é também perceptível pelo crescimento do número de desempregados à procura do primeiro emprego.

Neste trimestre, o setor empresarial continuou a apresentar indícios de dificuldades, tendo-se observado uma nova redução homóloga dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário, um novo aumento da percentagem de crédito vencido relativamente ao concedido e um aumento das ações de insolvência. Apesar dos constrangimentos, o número de novas empresas constituídas aumentou. Em termos médios, neste trimestre, ocorreram 4 ações de insolvência por dia, em contraposição ao nascimento diário de 14 novas empresas, na Região Centro. A atividade da construção evidenciou grandes dificuldades com uma redução do licenciamento de edifícios e da conclusão de obras. Também ao nível dos empréstimos concedidos a famílias para habitação se notou uma retração. Positivamente, é de realçar as relações comerciais das empresas com o mercado externo que se têm mantido positivas.

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 12.189 projetos individuais de investimento de promotores da Região Centro até ao final de setembro de 2011. Estas aprovações representavam um investimento total previsto de 9,4 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 4,7 mil milhões de euros. Estes resultados mostram que o QREN está a potenciar na região um investimento total de cerca do dobro do valor dos fundos comunitários que têm sido aprovados. Até à data, a Região Centro continuava a ser a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN aprovados no país. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até esta data, tinham sido aprovados 2.693 projectos, aos quais correspondia um valor de FEDER aprovado de 1,4 mil milhões de euros. O Mais Centro conseguia, assim, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente (28,6%, 35,7% e 36,6%, respetivamente). O volume de pagamentos efetuados aos beneficiários do Mais Centro ascendia já a quase 500 milhões de euros. Tanto os pagamentos aos beneficiários do programa regional como a despesa executada de FEDER mais que duplicaram ao longo do último ano. Uma nota ainda para o desempenho dos Sistemas de Incentivos na Região Centro. À data de 30 de setembro de 2011, era a região do Continente com maior valor de investimento elegível e incentivos aprovados, situação que se tem vindo a reforçar ao longo dos vários trimestres e que evidencia uma dinâmica regional de investimento empresarial muito forte.

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto diminuiu 1,7%, no terceiro trimestre de 2011, face ao período homólogo de 2010. Esta diminuição deve-se, exclusivamente, à queda da procura interna. As despesas de bens alimentares por parte das famílias cai pela primeira vez e o investimento diminui de forma acentuada. A par com esta diminuição da procura, o nível geral de preços aumentou 3,2% e a taxa de desemprego nacional fixou-se em 12,4%. Apenas a procura externa registou um comportamento positivo com as exportações a crescerem 6,5%.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009
PIB ¹	v. h. (%)	- 1,7	- 1,0	- 0,5	1,0	1,3	1,4	- 2,9
Procura interna	v. h. (%)	- 4,6	- 5,1	- 3,2	0,2	- 0,7	0,8	- 3,3
Consumo das famílias	v. h. (%)	- 3,3	- 3,3	- 2,4	1,2	1,8	2,1	- 2,4
Taxa de investimento	%	17,1	17,2	18,6	19,3	19,5	19,5	20,5
Exportações	v. h. (%)	6,5	8,7	8,3	7,6	8,4	8,8	- 10,9
Importações	v. h. (%)	- 2,8	- 4,6	- 1,1	4,1	1,3	5,4	- 10,0
VAB	v. h. (%)	- 1,5	- 0,9	- 0,1	0,6	1,2	1,3	- 2,2
Taxa de desemprego	%	12,4*	12,1*	12,4*	11,1	10,9	10,8	9,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	3,2	3,7	3,7	2,4	1,9	1,4	- 0,8
Indicador de confiança dos consumidores	%	- 50,8	- 50,7	- 48,4	- 50,2	- 37,4	40,8	- 38,5
Indicador de clima económico	%	- 2,5	- 2,0	- 1,4	- 0,6	0,0	- 0,4	- 1,8
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,413	1,439	1,367	1,359	1,291	1,327	1,393
	v. h. (%)	9,4	13,1	- 1,2	- 8,0	- 9,8	- 4,8	- 5,3

USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro
 * No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Esta nova série de dados não permite uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 1,7% no terceiro trimestre de 2011, face ao trimestre homólogo de 2010² (Quadro 1). À semelhança do que tem ocorrido nos dois trimestres anteriores, a diminuição homóloga do PIB deveu-se ao decréscimo da procura interna, uma vez que a procura externa cresceu.

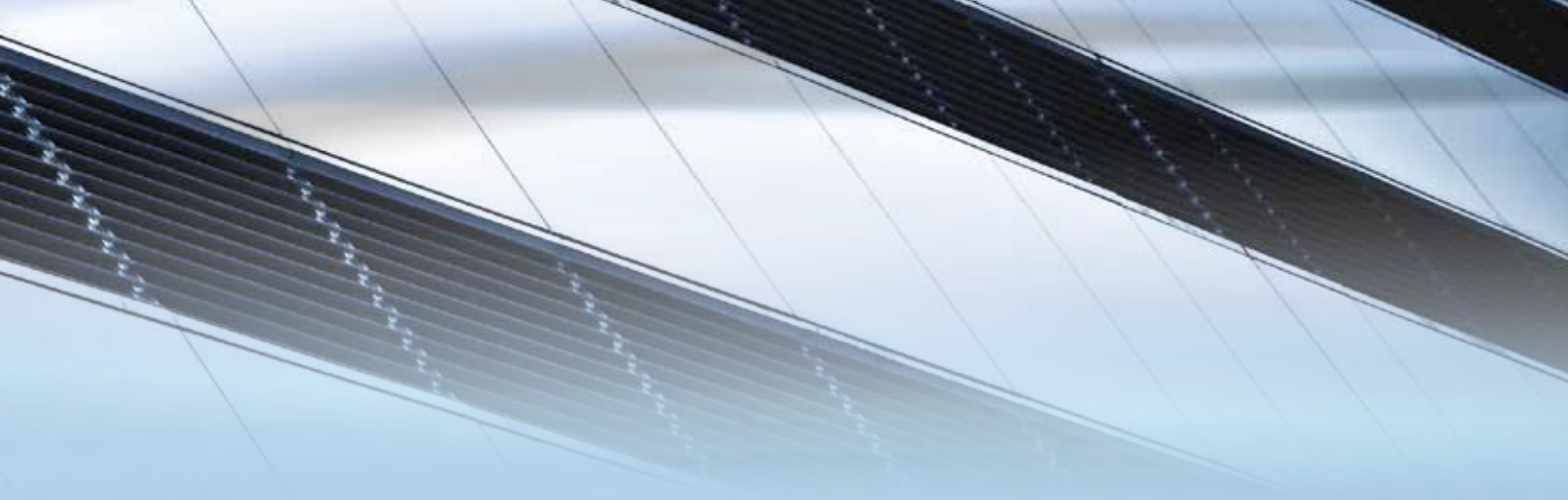
De facto, a procura interna registou um decréscimo muito acentuado (-4,6%) que, apesar de ligeiramente mais ténue do que no trimestre anterior (-5,1%), continuou a não ter precedentes nos últimos anos (pelo menos desde o início de 1995³). Esta acentuada diminuição da procura interna resultou do decréscimo quer das despesas de consumo final quer do investimento. As despesas de consumo final (somadas das despesas das famílias residentes, das instituições sem fins lucrativos e das administrações públicas), que representam 83,6% do valor total da procura interna, diminuíram 2,6% e as despesas de investimento, que representam os restantes 16,4%, caíram 13,7% neste trimestre.

O valor das despesas de investimento tem vindo a apresentar reduções sucessivas, aproximando-se do mínimo histórico da série registado no início de 1996. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) continuou a trajetória descendente iniciada no terceiro trimestre de 2009, fixando-se neste trimestre em 17,1%, o que se traduziu numa diminuição de 2,4 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre homólogo e de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³ O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.



O consumo das famílias caiu 3,3%, destacando-se em particular as despesas de bens duradouros que diminuíram 16,5%, a maior queda desde o início de 2009. De notar que esta evolução se deveu à componente de veículos automóveis. As despesas das famílias em bens alimentares diminuíram pela primeira vez desde 1995, tendo registado uma variação homóloga de -0,1%.

No que respeita à procura externa, neste trimestre, as exportações aumentaram 6,5% e as importações diminuíram 2,8%. Apesar do aumento das exportações ter sido expressivo, verificou-se uma desaceleração deste movimento comercial que foi resultado do crescimento menos intenso das exportações quer de bens quer de serviços, que aumentaram 6,2% e 7,1%, respetivamente. A queda das importações reflecte o comportamento negativo da procura interna, tendo-se registado uma quebra das importações de bens na ordem dos 3,7%. Já as importações de serviços aumentaram 2,6%.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado diminuiu, em termos homólogos, pelo terceiro trimestre consecutivo (-1,5%). Neste trimestre, voltou a acentuar-se a diminuição do VAB no ramo da “construção”, que diminuiu 11,6%. Apenas se registou uma variação positiva do VAB em dois ramos de atividade: “agricultura, silvicultura e pesca” (1,5%) e “indústria” (0,2%), que tem registado uma desaceleração ao longo dos últimos três trimestres. Segundo alerta o Instituto Nacional de Estatística (INE), o comportamento do VAB da “indústria” é o reflexo do crescimento das vendas para o mercado externo.

Relativamente ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional, estimada para o terceiro trimestre, foi de 12,4%, aumentado assim 0,3 p.p. face ao trimestre anterior e voltando a registar o valor que esta tinha atingido no primeiro trimestre. Apesar destes valores serem os três primeiros de uma nova série de dados divulgada pelo INE, deixando assim de ser comparáveis com os valores divulgados nos trimestres dos anos anteriores, é de destacar que se mantêm acima dos que assumiam nos períodos homólogos.

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 3,2% no terceiro trimestre de 2011, diminuindo 0,5 p.p. face ao crescimento verificado nos dois trimestres anteriores. O crescimento mais acentuado do nível geral dos preços dos bens e serviços ao longo dos vários trimestres de 2011, face aos períodos homólogos, resulta, em grande medida, da alteração da taxa normal de IVA de 21% para 23% com efeitos a partir de 1 de Janeiro deste ano. Tal como nos trimestres anteriores, o nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo apenas na classe de bens “vestuário e calçado”, que diminuiu 6,6%. Esta diminuição foi particularmente elevada, mesmo sendo este trimestre um período tipicamente de saldos para este tipo de bens. As restantes 11 classes de bens do IPC registaram um aumento do nível dos preços, destacando-se com os maiores crescimentos as classes dos “transportes” (8,6%), das “bebidas alcoólicas e tabaco” (8,0%), da “saúde” (5,0%) e da “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (4,8%).

A confiança dos consumidores e a percepção dos empresários relativamente à actividade económica voltaram a deteriorar-se no terceiro trimestre de 2011 face aos trimestres anterior e homólogo, sendo que o agravamento face ao período homólogo foi bastante acentuado. O indicador de confiança dos consumidores⁴ e o indicador de clima económico⁵, ambos do INE, atingiram o valor mais baixo desde o início de 2009.

Por último, uma breve nota sobre a evolução da taxa de câmbio⁶ do euro face ao dólar (USD/Euro). No terceiro trimestre de 2011, voltou a registar-se um aumento homólogo significativo desta taxa de câmbio (9,4%), assistindo-se assim a uma valorização do euro face ao seu valor no mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, a taxa de câmbio registou uma diminuição face ao valor do trimestre anterior, o que, neste período em concreto, pode ter potenciado um aumento da competitividade das exportações nacionais nos mercados extracomunitários.

⁴ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁵ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística a maioria dos indicadores relativos ao mercado de trabalho, na Região Centro⁷, no terceiro trimestre de 2011, evidenciou uma evolução trimestral negativa, contrastando com a do trimestre anterior. Não obstante, a taxa de desemprego regional reduziu ligeiramente para 9,4%, impulsionada pelo recuo dos desempregados de longa duração e dos indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos.

⁷ A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. A adoção de um novo modo de recolha da informação, que inclui, maioritariamente, entrevistas telefónicas, em detrimento das entrevistas presenciais, exigiu a introdução de alterações ao questionário. Essas alterações prenderam-se com o desdobramento de questões, a melhor operacionalização dos conceitos, os critérios de classificação dos indivíduos, os filtros e as opções de resposta. Foram ainda adotadas novas tecnologias no processo de desenvolvimento e supervisão do trabalho de campo.

Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série. Por este motivo, a análise reportada ao ano 2011, desenvolvida neste capítulo, tradicionalmente efectuada com recurso a variações homólogas, não é agora concretizável pela falta de dados comparáveis. A opção do “Região Centro – Boletim Trimestral” foi alterar o formato deste capítulo durante o ano de 2011 até ser possível retomar a anterior forma de apresentação da informação. Assim, no primeiro trimestre a análise incidiu sobre a estrutura das rubricas tendo, a partir de então, vindo a ser efectuada uma análise à sua evolução trimestral.

A taxa de atividade (15 e mais anos)⁸ em Portugal, no terceiro trimestre de 2011, situou-se em 61,3%, de acordo com informação do inquérito ao emprego divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (Quadro 2). Na Região Centro, este indicador apresentou um valor mais elevado (62,2%) mas que se traduziu numa diminuição trimestral⁹ de 0,2 p.p.. Considerando a desagregação por sexo constatou-se que enquanto a taxa de atividade feminina registou uma redução de 1,6 p.p., do segundo para o terceiro trimestre de 2011, a taxa de atividade masculina aumentou 1,4 p.p., fixando-se em 55,0% e 70,0%, respetivamente. Estas variações de sentido contrário vieram acentuar o diferencial habitualmente elevado existente entre as duas taxas e que, neste trimestre, atingiu 15 p.p..

A redução trimestral da taxa de atividade regional foi originada por uma diminuição de 0,3% na população ativa¹⁰ da região (menos 2,9 mil indivíduos). Quer a população empregada quer a desempregada registaram um menor número de indivíduos do que no trimestre anterior. No entanto, o decréscimo foi mais sentido ao nível dos desempregados (-1,2%). Assim, no terceiro trimestre de 2011 a população ativa regional contabilizou 1.155,4 mil empregados e 119,9 milhares de desempregados.

Inversamente, a população inativa¹¹ da Região Centro registou um crescimento trimestral de 0,3%, tendo o maior aumento sido observado ao nível da população doméstica (6,5%), no terceiro trimestre de 2011. Já os estudantes com 15 e mais anos constataram uma diminuição de 9,9% face ao segundo trimestre de 2011.

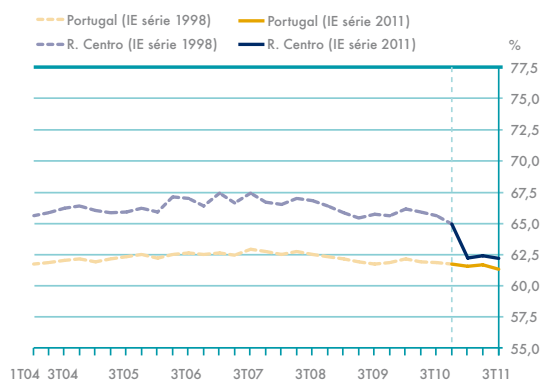
⁸ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, “permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)”.

⁹ Variação trimestral percentual - v. trim. (%) – trata-se da variação em relação ao trimestre imediatamente anterior, em percentagem do valor deste. Variação trimestral percentual real - v. trim. real (%) - variação trimestral em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008).

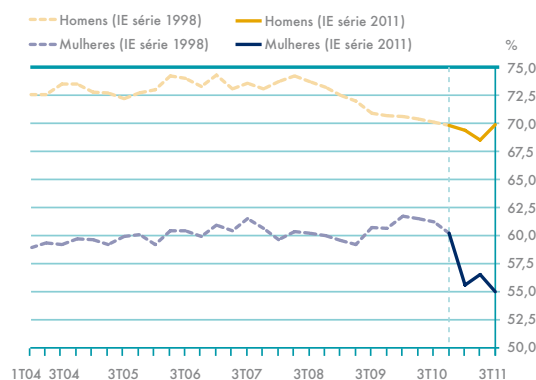
¹⁰ Segundo o INE, toma-se como população ativa “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”.

¹¹ A população inativa é “o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório”.

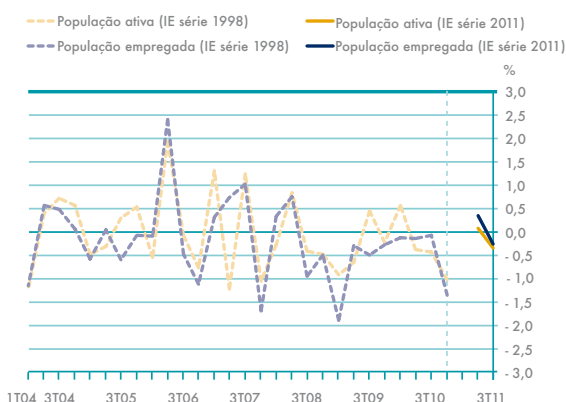
Taxa de atividade em Portugal e na Região Centro



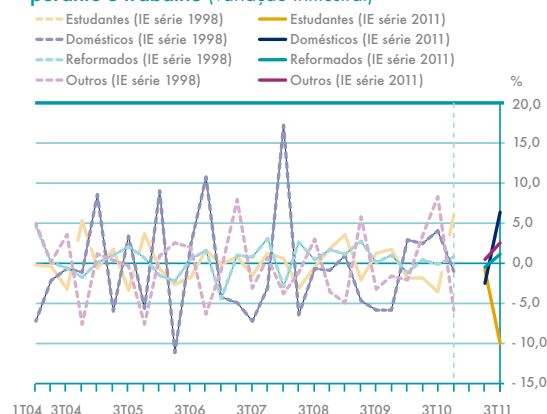
Taxa de atividade na Região Centro por sexo



População ativa e população empregada na Região Centro (variação trimestral)



População inativa na Região Centro por condição perante o trabalho (variação trimestral)



Quadro 2 – Atividade

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	61,3	61,6	61,5	61,7	61,8	61,9	61,9	
Região Centro	%	62,2	62,4	62,3	64,9	65,6	65,6	65,6	
	v. trim. (p.p.)	-0,2	0,1	n.d.	-0,7	-0,3	n.a.	n.a.	
Homens	%	70,0	68,6	69,5	69,9	70,2	70,4	71,6	
Mulheres	%	55,0	56,6	55,7	60,3	61,3	61,2	60,1	
População ativa – Região Centro	milhares	1.275,3	1.279,2	1.277,6	1.332,5	1.345,5	1.346,0	1.347,8	
	v. trim. (%)	-0,3	0,1	n.d.	-1,0	-0,4	n.a.	n.a.	
Empregados	milhares	1.155,4	1.157,9	1.153,4	1.230,0	1.246,3	1.242,8	1.255,1	
	v. trim. (%)	-0,2	0,4	n.d.	-1,3	0,0	n.a.	n.a.	
Desempregados	milhares	119,9	121,3	124,2	102,5	99,2	103,2	92,7	
	v. trim. (%)	-1,2	-2,3	n.d.	3,3	-4,6	n.a.	n.a.	
População inativa* – Região Centro	milhares	1.098,9	1.095,1	1.097,5	1.047,2	1.034,1	1.033,5	1.035,2	
	v. trim. (%)	0,3	-0,2	n.d.	1,3	0,6	n.a.	n.a.	
Estudantes	milhares	170,7	189,4	190,8	387,0	364,9	378,7	386,0	
	v. trim. (%)	-9,9	-0,7	n.d.	6,1	-3,5	n.a.	n.a.	
Domésticos	milhares	100,5	94,4	96,8	101,0	101,9	99,1	101,3	
	v. trim. (%)	6,5	-2,5	n.d.	-0,9	4,1	n.a.	n.a.	
Reformados	milhares	348,2	343,8	345,0	374,0	370,9	371,2	367,0	
	v. trim. (%)	1,3	-0,3	n.d.	0,8	-0,1	n.a.	n.a.	
Outros	milhares	479,5	467,4	464,9	185,1	196,5	184,5	181,0	
	v. trim. (%)	2,6	0,5	n.d.	-5,8	8,4	n.a.	n.a.	

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

* A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas, são classificados em "Outros".

A taxa de emprego¹², tanto em Portugal como na Região Centro evidenciou uma redução do segundo para o terceiro trimestre de 2011. Contudo, em Portugal a variação trimestral foi mais acentuada do que a nível regional, tendo as taxas de emprego apresentado, respetivamente, o valor de 53,7% e 56,3%, no terceiro trimestre de 2011 (Quadro 3). Na Região Centro foram os indivíduos do sexo feminino quem contribuiu para aquela redução uma vez que a taxa de emprego feminina evidenciou uma quebra de 1,6 p.p. e a taxa de emprego masculina um crescimento de 1,4 p.p.. Por idades, enquanto a taxa de emprego dos jovens aumentou para 28,4%, no terceiro trimestre de 2010, a taxa de emprego da população do escalão etário mais elevado (65 anos ou mais) diminuiu para 22,9% valor, ainda assim, superior ao registado no primeiro trimestre do ano.

No terceiro trimestre de 2011, a população empregada na Região Centro (1.155,4 milhares de indivíduos) registou uma diminuição face ao trimestre anterior de 0,2%, consequência do decréscimo do emprego feminino (-3,0%) dado que no sexo masculino o emprego aumentou 2,3%. Também os indivíduos com 45 anos ou mais observaram uma redução trimestral no emprego (-1,6%). Já os jovens com idade compreendida entre 15 e 24 anos apresentaram uma recuperação bastante significativa (7,8%), contrastando com a evolução negativa do trimestre anterior. No que respeita à desagregação da população empregada por setor de atividade apenas foi visível um aumento trimestral do emprego nalguns setores relacionados

¹² A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com mais de 15 anos de idade.

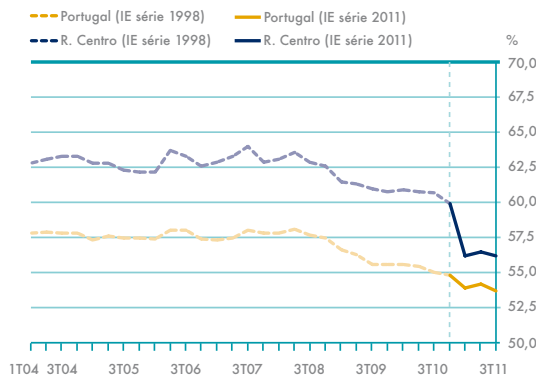
com serviços, nomeadamente nas “atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” (9,7%) e no “comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações” (7,8%). As restantes atividades económicas registaram uma diminuição dos indivíduos empregados, destacando-se, uma vez mais, o setor da “construção” com a maior redução trimestral (-7,4%).

A quebra na população empregada na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011, verificou-se apenas nos trabalhadores por conta de outrem (-0,9%). Os trabalhadores por conta própria, e em particular os trabalhadores empregadores, evidenciaram um crescimento trimestral de 0,7% e 8,3%, respetivamente. A diminuição ocorrida nos trabalhadores por conta de outrem deveu-se ao decréscimo nos indivíduos com contratos sem termo (-3,3%) uma vez que, ao nível dos contratados com termo, se registou um aumento trimestral de 6,2%. Também os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo sofreram uma redução de -1,1% ao contrário dos trabalhadores a tempo parcial que, no terceiro trimestre de 2011, aumentaram 2,0% face ao trimestre anterior.

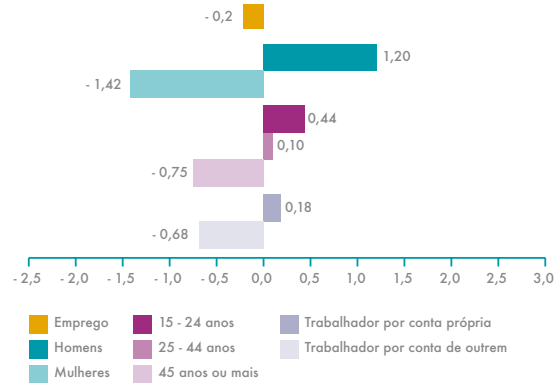
¹³ “A contribuição de uma dada componente para a variação trimestral de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação trimestral (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre anterior) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população ativa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação trimestral da população empregada e da população desempregada para a variação trimestral da população ativa são, respetivamente, dados por $[(E_t - E_{t-1})/A_{t-1}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-1})/A_{t-1}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação trimestral desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação trimestral da população ativa”.

¹⁴ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

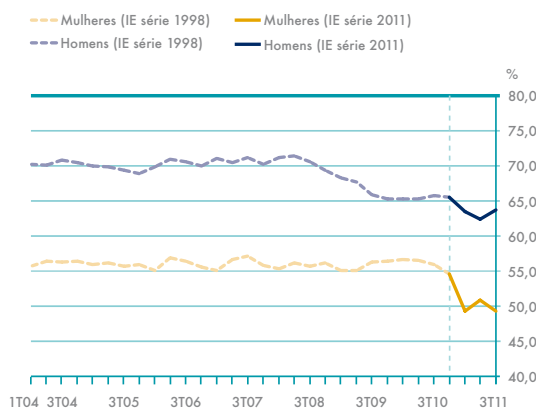
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



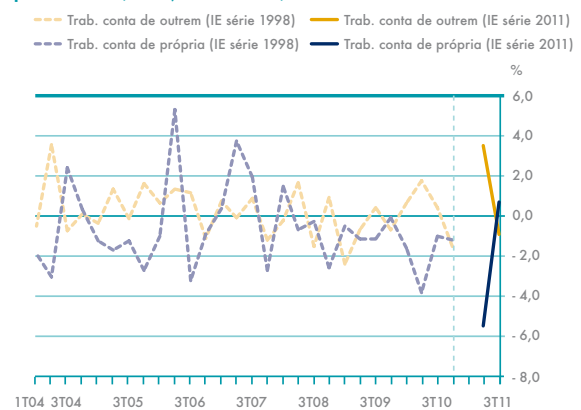
Contributos¹³ para a taxa de variação trimestral do emprego na Região Centro (%)



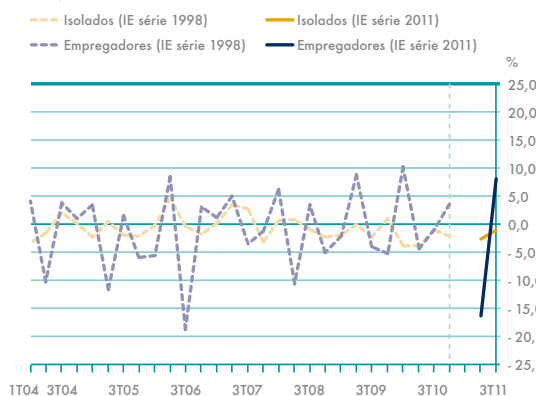
Taxa de emprego na Região Centro por sexo



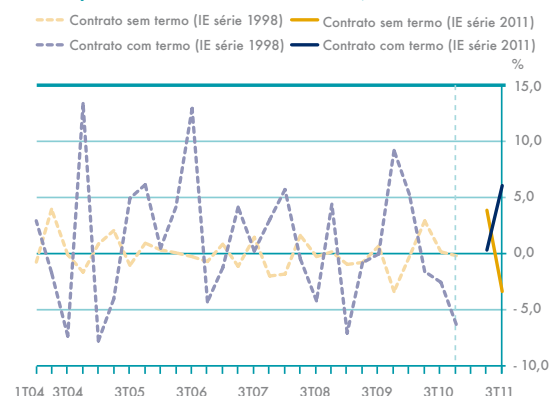
População empregada na Região Centro por situação na profissão¹⁴ (variação trimestral)



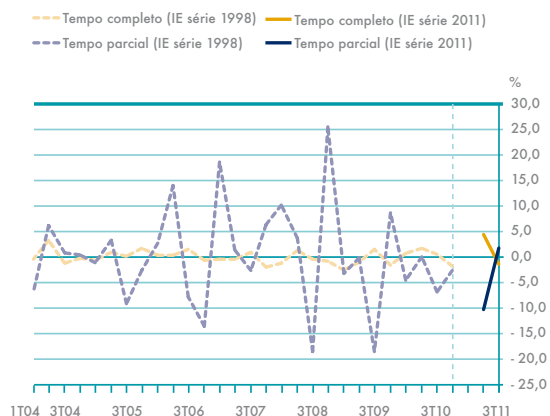
População empregada por conta própria na Região Centro (variação trimestral)



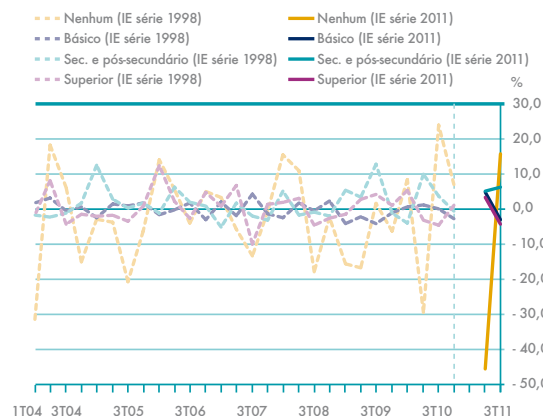
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação trimestral)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação trimestral)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação trimestral)



Quadro 3 - Emprego

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009		
								média trimestral		
Taxa de emprego (15 e mais anos)										
Portugal		%	53,7	54,2	53,9	54,8	55,0	55,2	56,0	
Região Centro		%	56,3	56,5	56,2	59,9	60,7	60,6	61,2	
	v. trim. (p.p.)		-0,2	0,3	n.d.	-0,8	-0,1	n.a.	n.a.	
Homens		%	63,9	62,5	63,6	65,7	65,9	65,6	66,9	
Mulheres		%	49,3	50,9	49,5	54,6	56,0	56,0	55,8	
15 - 24 anos		%	28,4	26,1	27,5	28,5	29,8	29,8	32,1	
65 anos ou mais		%	22,9	24,6	22,3	29,5	29,9	30,5	33,1	
População empregada - Região Centro		milhares	1.155,4	1.157,9	1.153,4	1.230,0	1.246,3	1.242,8	1.255,1	
	v. trim. (%)		-0,2	0,4	n.d.	-1,3	0,0	n.a.	n.a.	
Homens		v. trim. (%)	2,3	-1,6	n.d.	-0,3	0,9	n.a.	n.a.	
Mulheres		v. trim. (%)	-3,0	2,8	n.d.	-2,4	-1,0	n.a.	n.a.	
15 - 24 anos		v. trim. (%)	7,8	-5,9	n.d.	-5,2	-3,0	n.a.	n.a.	
25 - 44 anos		v. trim. (%)	0,2	0,8	n.d.	-1,8	0,1	n.a.	n.a.	
45 anos ou mais		v. trim. (%)	-1,6	0,8	n.d.	-0,4	0,3	n.a.	n.a.	
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal		v. trim. (%)	-1,8	0,1	n.d.	-0,9	0,2	n.a.	n.a.	
Indústria, incluindo energia, gás e água		v. trim. (%)	-3,3	4,2	n.d.	-1,8	-1,6	n.a.	n.a.	
Construção		v. trim. (%)	-7,4	-6,1	n.d.	2,4	8,0	n.a.	n.a.	
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações		v. trim. (%)	7,8	-5,1	n.d.	-3,8	2,6	n.a.	n.a.	
Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas		v. trim. (%)	9,7	10,0	n.d.	-11,6	8,8	n.a.	n.a.	
Outros serviços		v. trim. (%)	-2,6	3,6	n.d.	1,9	-6,5	n.a.	n.a.	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	835,9	843,8	815,3	845,6	859,1	850,4	839,9	
	v. trim. (%)		-0,9	3,5	n.d.	-1,6	0,4	n.a.	n.a.	
Contratos sem termo		v. trim. (%)	-3,3	4,0	n.d.	-0,2	0,2	n.a.	n.a.	
Contratos com termo		v. trim. (%)	6,2	0,4	n.d.	-6,3	-2,5	n.a.	n.a.	
Tempo completo		v. trim. (%)	-1,1	4,6	n.d.	-1,5	0,8	n.a.	n.a.	
Tempo parcial		v. trim. (%)	2,0	-10,2	n.d.	-2,5	-6,7	n.a.	n.a.	
Nenhum grau de escolaridade		v. trim. (%)	16,1	-45,6	n.d.	7,1	24,2	n.a.	n.a.	
Básico		v. trim. (%)	-3,0	5,0	n.d.	-2,8	0,0	n.a.	n.a.	
Secundário e pós-secundário		v. trim. (%)	6,4	5,3	n.d.	-0,3	3,9	n.a.	n.a.	
Superior		v. trim. (%)	-4,1	3,4	n.d.	1,2	-4,4	n.a.	n.a.	
Trabalhadores por conta própria		milhares	309,7	307,6	325,6	368,9	373,5	378,1	402,3	
	v. trim. (%)		0,7	-5,5	n.d.	-1,2	-1,0	n.a.	n.a.	
Isolados		v. trim. (%)	-1,1	-2,6	n.d.	-2,1	-1,1	n.a.	n.a.	
Empregadores		v. trim. (%)	8,3	-16,3	n.d.	3,8	-0,9	n.a.	n.a.	

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

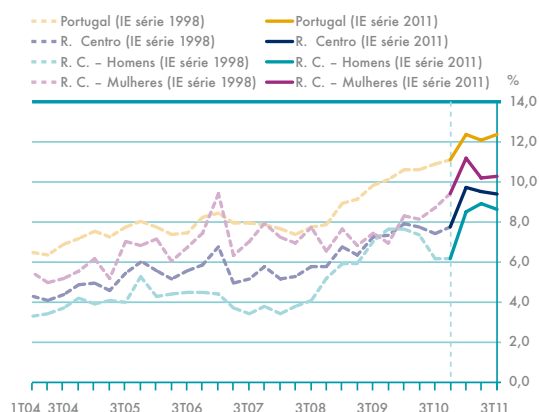
A evolução da taxa de desemprego¹⁵, entre o segundo e o terceiro trimestres de 2011, foi diferenciado em Portugal e na Região Centro. Enquanto que em Portugal a taxa de desemprego registou um crescimento trimestral, retomando os níveis do primeiro trimestre do ano (12,4%), na Região Centro, a taxa de desemprego continuou a

¹⁵ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

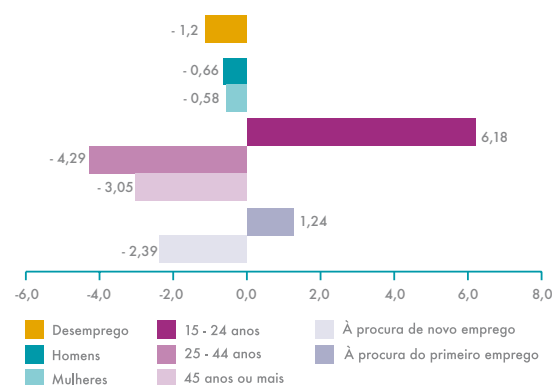
recuar posicionando-se em 9,4% (Quadro 4). Desagregando a taxa de desemprego por sexo, constatou-se um movimento diverso nos dois sexos. A taxa de desemprego masculina diminuiu, no terceiro trimestre de 2011. Já a taxa de desemprego feminina aumentou 0,1 p.p. para 10,3%, apesar do número de mulheres desempregadas ter decrescido, evidenciando o aumento da sua passagem à inatividade neste trimestre. No que respeita ao escalão etário dos desempregados, os mais jovens (com idade inferior a 25 anos) continuam a ser os mais penalizados, apresentando uma taxa de desemprego de 26,5% no terceiro trimestre do ano.

O número de desempregados na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011, ascendeu a 119,9 mil indivíduos, tendo contraído 1,2% face ao segundo trimestre, reflexo de um abrandamento da trajetória iniciada no trimestre anterior. Esta variação foi principalmente resultado da redução trimestral dos desempregados masculinos (-1,3%). Também com grande importância na taxa de variação trimestral do desemprego na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011, apresentaram-se os desempregados do escalão etário dos 25 aos 44 anos, apesar da sua redução trimestral (-7,9%) ter sido inferior à dos indivíduos mais velhos (-9,8%). Igualmente responsáveis pela redução trimestral do número de desempregados no terceiro trimestre de 2011, estiveram os desempregados à procura de novo emprego (-2,7%) e os desempregados de longa duração (-16,7%) uma vez que os desempregados à procura do primeiro emprego e os indivíduos desempregados há menos de 12 meses registaram um crescimento trimestral de 12,4% e 15,7%, respectivamente. De realçar ainda o crescimento significativo do desemprego nos indivíduos mais jovens (com menos de 25 anos) que contrastou com a variação negativa do trimestre anterior.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação trimestral do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009	
								média trimestral	
Taxa de desemprego									
Portugal	%	12,4	12,1	12,4	11,1	10,9	10,8	9,5	
Região Centro	%	9,4	9,5	9,7	7,7	7,4	7,7	6,9	
	v. trim. (p.p.)	-0,1	-0,2	n.d.	0,3	-0,3	n.a.	n.a.	
Homens	%	8,6	8,9	8,5	6,1	6,1	6,8	6,6	
Mulheres	%	10,3	10,2	11,2	9,4	8,7	8,6	7,2	
15 - 24 anos	%	26,5	21,4	22,2	17,4	19,9	17,3	16,1	
25 - 44 anos	%	9,9	10,7	11,4	9,4	8,5	9,3	8,5	
45 anos ou mais	%	6,0	6,5	6,0	4,7	4,4	4,6	3,8	
População desempregada – Região Centro									
	milhares	119,9	121,3	124,2	102,5	99,2	103,2	92,7	
	v. trim. (%)	-1,2	-2,3	n.d.	3,3	-4,6	n.a.	n.a.	
Homens	v. trim. (%)	-1,3	3,5	n.d.	-1,6	-16,2	n.a.	n.a.	
Mulheres	v. trim. (%)	-1,1	-7,4	n.d.	7,1	6,4	n.a.	n.a.	
15 - 24 anos	v. trim. (%)	42,4	-10,6	n.d.	-19,3	37,5	n.a.	n.a.	
25 - 44 anos	v. trim. (%)	-7,9	-6,0	n.d.	9,4	-11,5	n.a.	n.a.	
45 anos ou mais	v. trim. (%)	-9,8	9,9	n.d.	6,9	-10,2	n.a.	n.a.	
À procura do primeiro emprego	v. trim. (%)	12,4	17,5	n.d.	0,9	42,3	n.a.	n.a.	
À procura de novo emprego	v. trim. (%)	-2,7	-4,1	n.d.	3,8	-8,6	n.a.	n.a.	
Há menos de 12 meses	v. trim. (%)	15,7	-0,2	n.d.	20,9	6,0	n.a.	n.a.	
Há 12 meses ou mais	v. trim. (%)	-16,7	-4,2	n.d.	-8,8	-10,8	n.a.	n.a.	

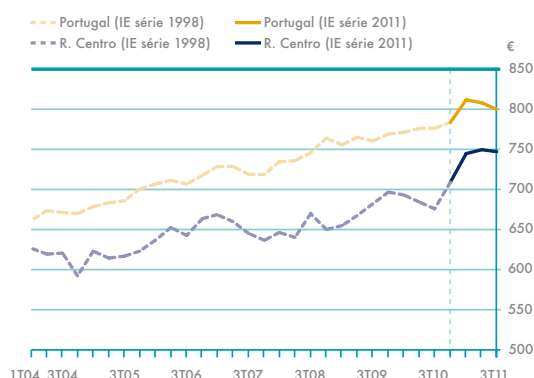
n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

O salário médio líquido mensal nominal dos trabalhadores portugueses por conta de outrem continuou a decrescer posicionando-se em 800€ por mês, no terceiro trimestre de 2011 (Quadro 5). Já na Região Centro, a diminuição constatada neste trimestre, que conduziu o rendimento médio líquido para 749€ mensais, configura uma inversão face à variação registada no trimestre anterior. No entanto, em termos reais a evolução homóloga foi menos negativa do que a do segundo trimestre de 2011, no caso português, e na Região Centro foi nula, no terceiro trimestre de 2011.

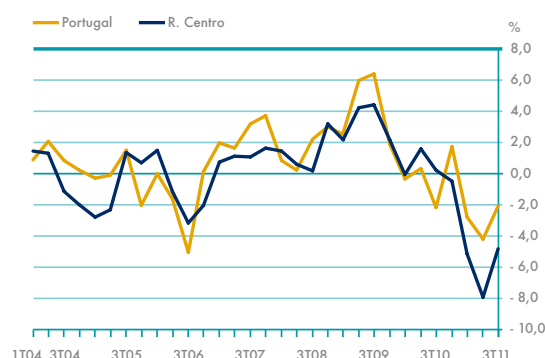
¹⁶ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão de obra, na ótica do empregador, dado por hora efetivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações diretas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Analisando o Índice de Custo do Trabalho¹⁶, em termos homólogos reais, constatou-se uma nova redução no terceiro trimestre de 2011, embora mais ligeira do que a do trimestre anterior. Assim, comparativamente com o terceiro trimestre de 2010, os custos da mão-de-obra suportados pelos empregadores diminuíram 4,8% na Região Centro e 2,1% em Portugal.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)	Portugal	€ 800	809	813	785	777	778	764	
	v. trim. real (%)	- 0,8	- 1,8	n.d.	0,3	- 0,2	n.a.	n.a.	
Região Centro	€	749	751	746	710	677	692	677	
	v. trim. real (%)	0,0	- 0,7	n.d.	4,2	- 1,5	n.a.	n.a.	
Índice de Custo do Trabalho	Portugal	v. h. real (%)	- 2,1	- 4,2	- 2,8	1,7	- 2,2	- 0,1	4,1
	Região Centro	v. h. real (%)	- 4,8	- 7,9	- 5,1	- 0,5	0,2	0,3	3,2

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

DESEMPREGO REGISTADO

A taxa de desemprego registado na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011, apresentou uma melhoria comparativamente com o período homólogo, apesar do número de colocações dos centros de emprego ter diminuído. Contudo, face ao trimestre anterior, o número de desempregados registados no IEFP aumentou e, conseqüentemente, a taxa de desemprego registado subiu, atingindo 6,2%.

¹⁷ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2010 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE.

No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efetuada da população desempregada e da população ativa.

No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população ativa.

Na Região Centro, o número de desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ascendeu a 96,8 mil indivíduos, no terceiro trimestre de 2011, o que correspondeu a uma diminuição de 4,5% face a igual período do ano anterior (Quadro 6). Acompanhando esta evolução, também a taxa de desemprego registado¹⁷ evidenciou um valor inferior em 0,3 p.p. ao do terceiro trimestre de 2010, situando-se em 6,2%. Apesar disso, no terceiro trimestre de 2011, os novos desempregados inscritos nos centros de emprego aumentaram (11,0%), algo que já não ocorria há dois anos. Já as colocações efetuadas pelo IEFP, continuaram a apresentar um decréscimo homólogo (-9,5%), apesar de menos expressivo do que o do trimestre anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009	
								média trimestral	
Dados do IEFP – Região Centro									
Desemprego registado *	milhares	96,8	95,5	101,5	99,0	101,4	103,0	94,8	
	v. h. (%)	- 4,5	- 8,8	- 4,9	1,1	8,1	8,6	22,3	
Taxa de desemprego registado	%	6,2	6,1	6,5	6,4	6,5	6,6	6,1	
Novos desempregados	milhares	41,7	29,9	35,8	34,1	37,6	35,7	37,7	
	v. h. (%)	11,0	- 3,5	- 10,5	- 5,7	- 6,4	- 5,3	10,4	
Colocações do IEFP	milhares	7,0	6,1	5,2	5,1	7,8	6,3	5,6	
	v. h. (%)	- 9,5	- 11,6	- 5,9	- 9,3	9,5	13,3	- 8,3	

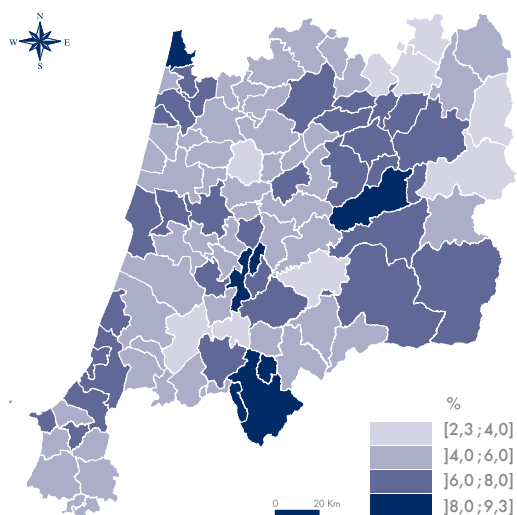
* valores médios trimestrais

No terceiro trimestre de 2011, muito embora a taxa de desemprego registado regional tenha evidenciado um decréscimo homólogo, esta apresentou um ligeiro aumento comparativamente com o trimestre anterior. A maioria das NUTS III registou um comportamento semelhante ao da região. Com exceção do Médio Tejo, Pinhal Interior Sul e Pinhal Litoral onde a taxa de desemprego registado aumentou 0,1 p.p. face ao trimestre homólogo, as restantes sub-regiões apresentaram decréscimos que chegaram a atingir 1,1 p.p., como é o caso da Serra da Estrela. Já relativamente ao trimestre anterior, apenas a Cova da Beira e o Oeste apresentaram uma diminuição que, no primeiro caso, chegou a 0,4 p.p.. Apesar disso, Cova da Beira e Serra da Estrela continuaram a ser as NUTS III com mais elevadas taxas de desemprego registado (8,5% e 7,9%, respetivamente). Também o Pinhal Interior Sul, com 5,1%, e o Pinhal Litoral, com 5,3%, mantiveram as taxas de desemprego registado mais reduzidas.

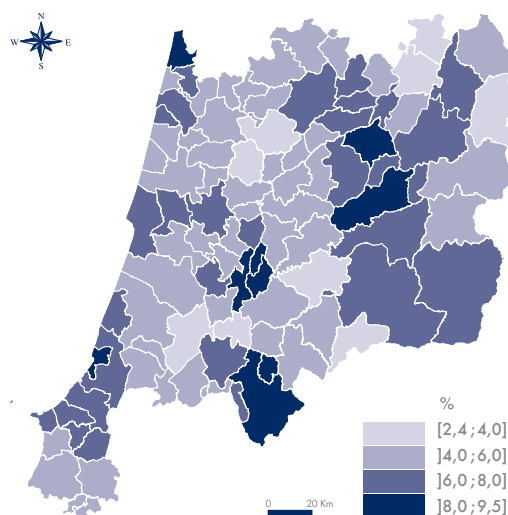
Considerando uma desagregação territorial mais fina, no terceiro trimestre de 2011, a grande maioria dos municípios da Região Centro apresentou uma taxa de desemprego registado mais baixa do que a do terceiro trimestre de 2010, tendo Vila de Rei e Penalva do Castelo evidenciado uma variação que chegou a -2,0 p.p.. Em situação oposta, surgiram Mação, Constância e Pampilhosa da Serra com crescimentos homólogos superiores a 1,0%, municípios que, com exceção de Constância, já no trimestre anterior tinham apresentado as maiores degradações da taxa de desemprego registado.

O maior crescimento trimestral da taxa de desemprego registado foi igualmente verificado em Constância onde, no terceiro trimestre de 2011, aquela atingiu 8,9% passando assim a integrar, juntamente com Covilhã, Abrantes e Castanheira de Pêra, o lote de municípios com os valores mais elevados da taxa de desemprego registado.

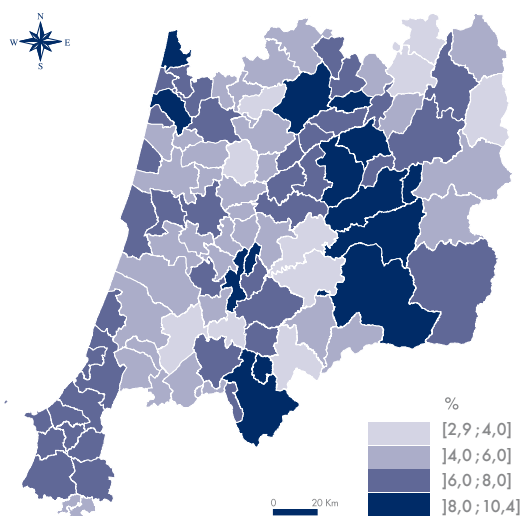
Taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2011



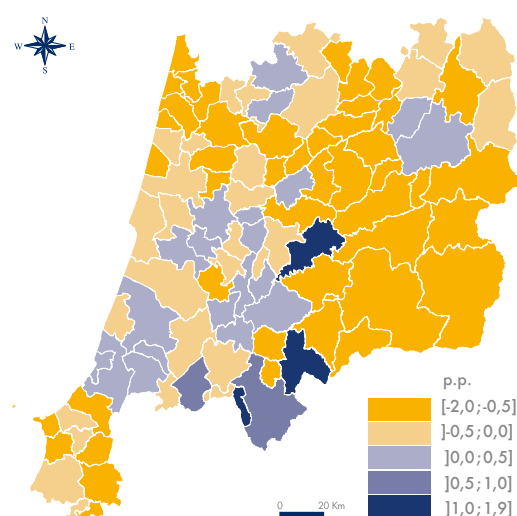
Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2011



Taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2010



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2011



EMPRESAS

O setor empresarial continuou a apresentar indícios de dificuldades financeiras, no terceiro trimestre de 2011. Por um lado, o valor real dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro manteve-se a níveis bastante inferiores aos do terceiro trimestre de 2010, por outro lado o peso do crédito vencido no crédito concedido acentuou-se. Também, as ações de insolvência se apresentaram superiores às do trimestre homólogo. Ainda assim, neste trimestre foram criadas mais empresas do que no terceiro trimestre de 2010.

Na Região Centro foram criadas 1.297 empresas, no terceiro trimestre de 2011 e em Portugal 7.312, correspondendo a um crescimento homólogo de 6,0% e 10,5%, respetivamente (Quadro 7). Apesar de, face a igual período do ano anterior, ambos os territórios demonstrarem uma maior dinâmica na criação de empresas constatou-se um abrandamento no seu ritmo de crescimento.

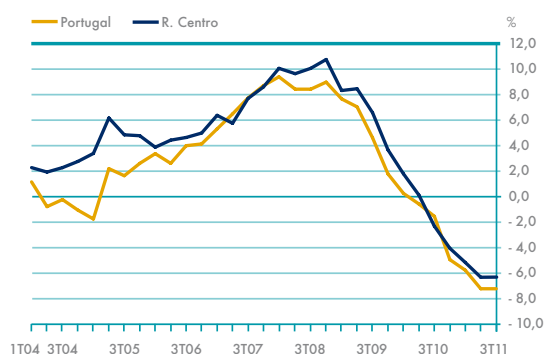
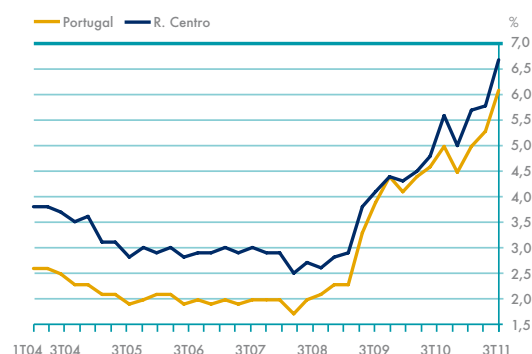
As dívidas das sociedades não financeiras para com o setor bancário e financeiro ascendiam, em Portugal, a 118.674 milhões de euros e na Região Centro a 18.245 milhões de euros, no terceiro trimestre de 2011. Estes valores, traduzem um decréscimo significativo em termos homólogos e reais, idêntico ao observado no trimestre anterior (7,3% e 6,4%, respetivamente).

Já o crédito vencido¹⁸ no total do crédito concedido às empresas financeiras continuou a agravar-se, no terceiro trimestre de 2011. Na Região Centro o incumprimento das sociedades não financeiras, no terceiro trimestre de 2011, manteve-se superior ao observado para Portugal uma vez que enquanto a nível regional o crédito vencido correspondia a 6,7% do crédito total, a nível nacional ficava-se por 6,1%.

No terceiro trimestre de 2011, as ações de insolvência¹⁹ acentuaram a tendência de crescimento face a igual período do ano anterior. Assim, em Portugal registaram-se 1.533 ações de insolvência e 327 na Região Centro, refletindo um aumento, face ao terceiro trimestre de 2010, de 22,0% e 25,3%, respetivamente. Em termos médios, na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011, ocorreram 4 ações de insolvência por dia, em contraposição ao nascimento diário de 14 novas empresas.

¹⁸ De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

¹⁹ A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)**Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido****Quadro 7 – Empresas**

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	n.º	7.312	8.776	10.947	7.275	6.615	7.656	7.683
	v. h. (%)	10,5	16,6	18,9	- 2,2	- 6,0	- 0,3	- 12,6
Região Centro	n.º	1.297	1.550	1.947	1.333	1.224	1.421	1.427
	v. h. (%)	6,0	12,8	11,0	- 3,6	- 7,1	- 0,4	- 7,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	118.674	119.416	119.524	118.993	122.997	122.059	122.607
	v. h. real (%)	- 7,3	- 7,3	- 5,9	- 5,0	- 1,6	- 1,8	5,2
Região Centro	milhões €	18.245	18.603	18.619	18.612	18.878	18.895	18.858
	v. h. real (%)	- 6,4	- 6,4	- 5,2	- 4,1	- 2,4	- 1,2	6,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	6,1	5,3	5,0	4,5	5,0	4,8	3,9
Região Centro	%	6,7	5,8	5,7	5,0	5,6	5,2	4,2
Ações de Insolvência								
Portugal	n.º	1.533	1.575	1.621	1.432	1.257	1.373	956
	v. h. (%)	22,0	5,1	24,2	27,6	39,7	43,6	46,9
Região Centro	n.º	327	329	320	310	261	282	192
	v. h. (%)	25,3	13,4	20,3	42,2	32,5	46,7	50,0

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

O terceiro trimestre de 2011 foi marcado por uma contenção na atividade comercial externa. As saídas evidenciaram um crescimento homólogo real bastante inferior ao dos restantes trimestres do ano. As entradas na Região Centro registaram um comportamento semelhante ao das saídas e as nacionais apresentaram um decréscimo homólogo real.

As saídas de bens de empresas portuguesas para o mercado externo apresentaram um acréscimo homólogo real²⁰ de 5,8%, no terceiro trimestre de 2011 (Quadro 8). Apesar de positiva, esta evolução reflete um abrandamento da tendência de crescimento verificada desde o último trimestre de 2010. Esta moderação deveu-se sobretudo às expedições para o mercado intracomunitário que evidenciaram níveis de crescimento inferiores aos dos trimestres anteriores. Na Região Centro, o aumento homólogo real das saídas, no terceiro trimestre de 2011, foi bastante ténue (0,3%) e o mais baixo desde o quarto trimestre de 2009. Esta variação resultou do crescimento das exportações para países extracomunitários uma vez que, ao nível da União Europeia, as expedições diminuíram, em termos homólogos reais, 2,0%. Efetivamente, comparando com igual período do ano anterior, o valor real das saídas de bens destinados ao mercado extracomunitário cresceu a níveis superiores aos dos restantes trimestres do ano (7,9%).

²⁰ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

Numa análise às saídas de bens de empresas sediadas na Região Centro de acordo com as secções da Nomenclatura Combinada indicadas²¹ no Quadro 8, verificou-se que a maioria apresentou variações homólogas reais positivas, no terceiro trimestre de 2011. As “Indústrias químicas e conexas” foram as que continuaram a evidenciar o crescimento homólogo real mais significativo (61,8%), seguindo-se-lhe os “Produtos animais” (21,1%). Em situação inversa, manteve-se a secção “Pastas de madeira e papel” com um decréscimo homólogo real que, apesar de inferior ao dos restantes trimestres do ano, atingiu 37,6%.

²¹ As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transacionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens - Saídas *

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	10.438,1	10.729,9	10.213,4	9.726,7	9.228,1	9.190,6	7.924,2
	v. h. real (%)	5,8	9,3	8,5	8,4	8,2	10,3	- 13,4
Intracomunitárias	milhões €	7.582,1	8.014,4	7.841,6	7.296,9	6.819,8	6.893,3	5.973,1
	v. h. real (%)	4,0	8,2	10,0	7,9	8,5	9,7	- 12,3
Extracomunitárias	milhões €	2.856,0	2.715,5	2.371,8	2.429,8	2.408,3	2.297,2	1.951,1
	v. h. real (%)	10,9	12,4	3,9	10,0	7,3	11,9	- 16,5
Região Centro	milhões €	1.938,9	2.077,2	2.030,7	1.949,0	1.807,6	1.853,2	1.617,0
	v. h. real (%)	0,3	1,5	6,8	5,7	5,7	9,0	- 10,1
Intracomunitárias	milhões €	1.450,0	1.610,3	1.577,6	1.471,8	1.383,7	1.424,6	1.253,5
	v. h. real (%)	- 2,0	1,0	7,0	2,7	4,8	8,0	- 12,6
Extracomunitárias	milhões €	489,0	466,9	453,1	477,2	424,0	428,7	363,5
	v. h. real (%)	7,9	3,4	6,1	16,1	8,9	12,1	- 0,2
Totais (intra + extracomunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	21,1	23,0	18,9	17,5	1,4	9,5	- 3,6
Produtos vegetais	v. h. real (%)	7,9	10,8	5,9	7,0	2,8	0,4	27,3
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	6,2	0,7	5,2	3,6	7,4	6,6	15,6
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	61,8	66,0	72,2	17,4	- 8,5	2,1	10,6
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	- 6,2	- 0,4	10,4	11,5	19,1	36,8	- 2,8
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	9,6	22,6	14,2	- 5,0	- 6,6	- 3,8	- 13,6
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 37,6	- 43,0	- 46,0	12,3	19,4	17,5	7,7
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	17,8	17,5	14,0	8,7	- 0,5	2,2	- 12,6
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 2,9	- 2,6	2,5	- 0,5	0,5	1,2	- 9,6
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	14,2	- 0,1	10,2	- 13,3	0,9	7,2	- 14,2
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	7,1	10,9	10,6	6,1	7,9	4,2	- 15,3
Material de transporte	v. h. real (%)	- 18,0	0,9	17,6	13,8	9,6	15,0	- 27,3

* Os valores apresentados para 2009 são dados definitivos, para 2010 são dados provisórios e para 2011 são dados preliminares (revisados trimestralmente). Os valores nacionais diferem dos apresentados no Quadro 1 deste boletim em virtude das fontes utilizadas serem distintas.

Do lado das entradas de bens constatou-se uma evolução díspar em Portugal e na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011. Em Portugal verificou-se um decréscimo homólogo real das entradas de 3,9% motivado pela diminuição das transações comerciais com o mercado comunitário. As importações portuguesas provenientes de países não pertencentes à União Europeia evidenciaram um crescimento real de 11,0% comparativamente com o terceiro trimestre de 2010 (Quadro 9). Já as empresas sediadas na Região Centro adquiriram, em termos reais, um maior valor de produtos no mercado externo do que em igual período

do ano anterior (2,6%), resultado essencialmente das aquisições a parceiros comunitários (5,8%) uma vez que, no que respeita ao mercado extracomunitário, se acentuou a redução das importações (-11,9%).

Na Região Centro, as entradas de “produtos animais” foram as que registaram o crescimento homólogo real mais significativo (15,6%), de entre as secções da Nomenclatura Combinada consideradas, no terceiro trimestre de 2011. Também as entradas de “Metais comuns e suas obras” evidenciaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real considerável (9,5%), apesar de se encontrarem em desaceleração desde o início do ano. Pelo contrário, os maiores decréscimos homólogos reais continuaram a ser observados, tal como no trimestre anterior, nas secções “Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-14,3%) e “Material de transporte” (-12,2%).

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens - Entradas*

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	14.194,6	15.054,8	14.564,8	15.367,1	13.705,7	14.263,3	12.844,6
	v. h. real (%)	- 3,9	- 6,4	- 1,5	3,4	0,0	5,7	- 10,6
Intracomunitárias	milhões €	10.021,2	10.730,8	11.026,8	11.957,7	10.217,4	10.801,1	10.094,0
	v. h. real (%)	- 9,0	- 10,8	- 1,3	2,3	- 4,7	1,8	- 6,0
Extracomunitárias	milhões €	4.173,4	4.324,0	3.538,0	3.409,5	3.488,4	3.462,1	2.750,6
	v. h. real (%)	11,0	6,6	- 2,1	7,5	16,7	19,8	- 24,1
Região Centro	milhões €	1.608,1	1.810,8	1.787,3	1.596,8	1.454,4	1.485,8	1.346,3
	v. h. real (%)	2,6	7,5	18,6	5,9	4,3	5,0	- 14,3
Intracomunitárias	milhões €	1.354,4	1.507,5	1.503,0	1.331,9	1.187,3	1.225,2	1.152,7
	v. h. real (%)	5,8	10,6	18,8	1,8	- 2,1	1,2	- 12,0
Extracomunitárias	milhões €	253,7	303,3	284,3	265,0	267,1	260,7	193,6
	v. h. real (%)	- 11,9	- 5,6	17,6	32,7	46,5	28,2	- 26,2
Totais (intra + extracomunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	15,6	2,3	15,5	- 2,7	- 19,3	- 1,3	- 4,4
Produtos vegetais	v. h. real (%)	- 10,3	10,2	8,8	14,4	30,5	1,7	- 6,2
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	- 0,8	- 4,4	- 4,7	- 23,5	- 4,8	- 13,2	19,1
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	5,2	15,4	32,0	26,4	8,1	19,4	- 0,5
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	3,0	24,7	29,8	8,9	20,1	13,7	- 8,1
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	6,4	7,4	43,4	37,7	22,6	33,9	- 7,4
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	3,5	26,2	12,8	- 3,6	- 1,4	- 2,1	- 0,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	- 6,2	6,6	7,8	3,5	6,3	1,7	- 7,1
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 14,3	- 7,8	17,6	- 8,1	13,0	0,0	- 18,2
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	9,5	13,6	20,1	7,9	13,3	15,9	- 27,7
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 0,9	0,3	13,3	2,6	- 4,2	- 8,5	- 26,1
Material de transporte	v. h. real (%)	- 12,2	- 5,5	5,6	2,7	12,5	15,0	- 20,1

* Os valores apresentados para 2009 são dados definitivos, para 2010 são dados provisórios e para 2011 são dados preliminares (revisados trimestralmente). Os valores nacionais diferem dos apresentados no Quadro 1 deste boletim em virtude das fontes utilizadas serem distintas.

TURISMO

A evolução dos indicadores respeitantes à atividade turística em Portugal e na Região Centro foi globalmente positiva, no terceiro trimestre de 2011, comparativamente com igual período do ano anterior, embora dando sinais de algum abrandamento.

O número de indivíduos que se hospedaram nos estabelecimentos hoteleiros portugueses e da Região Centro, no terceiro trimestre de 2011, continuou a evidenciar um crescimento homólogo, à semelhança do que vem sucedendo desde o início de 2010 (Quadro 10). Contudo, a variação homóloga de 5,7% em Portugal e de 4,8% na Região Centro configurou uma desaceleração do ritmo de crescimento evidenciado no trimestre anterior.

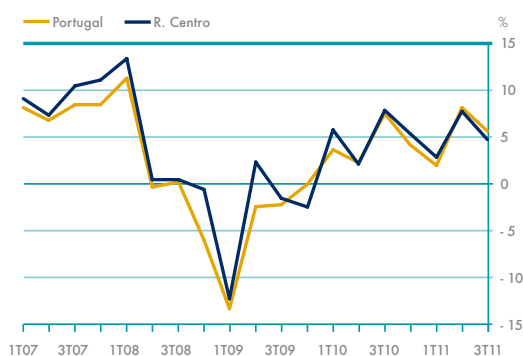
Ao nível das dormidas foi igualmente perceptível um abrandamento do crescimento homólogo, no terceiro trimestre de 2011, que ainda assim atingiu 6,3%, no caso de Portugal e 4,6% no caso da Região Centro, conduzindo a que se tivessem registado 5.168 mil dormidas, a nível nacional, e 500 mil na região.

A estada média, no terceiro trimestre de 2011, traduzida pelo número de noites que cada hóspede pernitoou em estabelecimentos hoteleiros, manteve-se inalterada face aos valores do período homólogo, sendo assim mais elevada em Portugal (3,1 noites) do que na Região Centro (1,9 noites). Face ao trimestre anterior observou-se um crescimento deste indicador, principalmente em Portugal, o que está associado ao facto deste trimestre contemplar os meses em que habitualmente os portugueses gozam o maior período de férias.

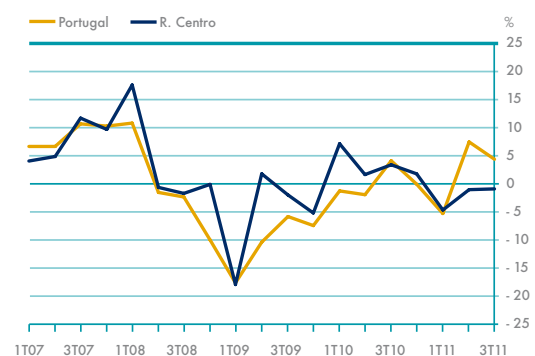
Em relação à variação homóloga real dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros constatou-se um comportamento diferenciado em Portugal e na Região Centro, no terceiro trimestre de 2011. Em termos reais, em Portugal registou-se um crescimento de 4,4% face ao terceiro trimestre de 2010. Já na Região Centro verificou-se um decréscimo homólogo real de 0,8%. Contudo, enquanto que a variação dos proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros portugueses reflete um abrandamento do ritmo de crescimento observado no trimestre anterior, na Região Centro aponta para uma ligeira melhoria da situação negativa vivenciada desde o início do ano.

A evolução dos proveitos de aposento, no terceiro trimestre de 2011, foi mais favorável do que a da totalidade dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros uma vez que, ambos os territórios apresentaram um crescimento homólogo real sendo, no caso português, mais expressivo do que o observado nos proveitos totais.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 10 – Turismo*

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	1.655	1.323	790	950	1.565	1.128	1.077
	v. h. (%)	5,7	8,2	2,1	4,2	7,5	4,7	-3,9
Região Centro	milhares	258	204	128	158	246	180	170
	v. h. (%)	4,8	7,8	2,9	5,4	7,9	5,4	-2,8
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	5.168	3.673	2.010	2.363	4.860	3.116	3.038
	v. h. (%)	6,3	12,3	2,0	3,4	6,7	2,6	-7,1
Região Centro	milhares	500	367	206	272	478	324	312
	v. h. (%)	4,6	7,9	1,1	2,6	5,8	3,7	-3,4
Estada média								
Portugal	n.º noites	3,1	2,8	2,5	2,5	3,1	2,8	2,8
Região Centro	n.º noites	1,9	1,8	1,6	1,7	1,9	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	254.175	175.194	91.714	116.354	235.769	150.628	146.996
	v. h. real (%)	4,4	7,5	-5,2	0,1	4,2	1,1	-9,5
Região Centro	milhares €	23.200	16.639	9.961	13.664	22.646	15.641	14.924
	v. h. real (%)	-0,8	-1,0	-4,5	1,9	3,5	3,4	-4,7
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	183.605	118.298	59.797	75.171	168.699	102.126	99.171
	v. h. real (%)	5,4	8,6	-3,4	0,7	4,6	0,6	-9,4
Região Centro	milhares €	15.347	10.079	6.108	8.115	14.668	9.597	9.117
	v. h. real (%)	1,4	0,8	-1,3	3,6	3,8	3,8	-4,0

* Os valores apresentados para 2009 e 2010 são dados definitivos e os apresentados para 2011 são dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No terceiro trimestre de 2011, na Região Centro, acentuaram-se os constrangimentos no setor da construção. A redução homóloga no licenciamento de edifícios, principalmente de construções novas, intensificou-se e a conclusão de edifícios inverteu as variações anteriores, tendo-se registado uma diminuição homóloga. Também os empréstimos para habitação e a avaliação bancária desses imóveis evidenciaram um decréscimo homólogo real.

Os edifícios licenciados evidenciaram novo decréscimo homólogo no terceiro trimestre de 2011. Na Região Centro, esta variação tem sido sucessivamente mais acentuada ao longo de 2011, tendo atingido -14,9%, no terceiro trimestre (Quadro 11). Esta redução resultou essencialmente da diminuição homóloga no licenciamento de edifícios destinados à habitação familiar (-20,7%). As construções novas foram as mais penalizadas, tendo sido licenciados menos 290 novos edifícios para habitação familiar do que em igual período do ano anterior, o que corresponde a uma quebra de 27,9%. Consequentemente, os fogos destinados à habitação, em construções novas, registaram uma quebra muito acentuada em relação ao terceiro trimestre de 2010 (-36,3%), à semelhança do que tem ocorrido durante todo o ano.

O terceiro trimestre de 2011 foi marcado pela inversão na evolução dos edifícios concluídos, tendo-se registado uma quebra homóloga acentuada tanto em Portugal (-10,9%) como na Região Centro (-8,3%), principalmente levando em consideração as variações positivas bastante expressivas que este indicador vinha a apresentar nos trimestres anteriores. Na Região Centro foram também as construções novas que, do total de edifícios concluídos, registaram a maior redução homóloga (-9,8%). A conclusão de obras em edifícios novos destinados à habitação familiar também diminuiu, embora de forma menos significativa (-6,9%). Contudo, os novos fogos concluídos destinados à habitação de famílias apresentaram um decréscimo homólogo bastante pronunciado (-23,9%).

O índice que reflete os preços de manutenção e reparação regular da habitação, no terceiro trimestre de 2011, voltou a aumentar comparativamente com igual período do ano anterior, tanto no Continente (3,4%) como na Região Centro (4,9%), facto ao qual não será alheia a subida da taxa normal do IVA no início do ano, em 2 pontos percentuais. No entanto, a tendência crescente, que se vinha a fazer sentir desde inícios de 2010, sofreu um ligeiro abrandamento neste trimestre.

O valor dos empréstimos à habitação que as instituições financeiras concederam às famílias continuou a apresentar uma variação homóloga real negativa, no terceiro trimestre de 2011. Esta diminuição, que se tem vindo a fazer sentir desde o final de 2010, tem sido sucessivamente mais pronunciada, tendo atingido, neste trimestre, -3,3%, em Portugal, e -3,1%, na Região Centro.

Quadro 11 – Construção e Habitação

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009
		média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	n.º	6.062	6.415	6.548	6.394	6.928	6.951	7.647
	v. h. (%)	- 12,5	- 12,7	- 8,3	- 9,1	- 10,8	- 9,1	- 21,5
Região Centro	n.º	1.856	2.019	2.142	2.057	2.180	2.189	2.405
	v. h. (%)	- 14,9	- 12,4	- 3,3	- 8,2	- 11,3	- 9,0	- 16,7
para habitação familiar	n.º	1.094	1.242	1.338	1.298	1.380	1.418	1.570
	v. h. (%)	- 20,7	- 20,7	- 6,3	- 12,9	- 13,5	- 9,7	- 21,1
Construções novas – Edifícios	n.º	1.110	1.323	1.450	1.428	1.475	1.518	1.610
	v. h. (%)	- 24,7	- 20,9	- 3,2	- 8,3	- 9,9	- 5,7	- 23,0
para habitação familiar	v. h. (%)	- 27,9	- 29,1	- 7,5	- 14,9	- 12,1	- 6,6	- 24,9
Edifícios concluídos ¹								
Portugal	n.º	7.425	8.923	9.138	8.799	8.334	7.972	8.564
	v. h. (%)	- 10,9	18,0	27,1	5,6	- 8,3	- 6,9	- 11,8
Região Centro	n.º	2.403	2.852	2.937	2.831	2.621	2.484	2.592
	v. h. (%)	- 8,3	20,4	38,9	8,2	- 4,2	- 4,2	- 10,7
para habitação familiar	n.º	1.830	2.129	2.187	2.122	1.962	1.849	1.933
	v. h. (%)	- 6,7	21,4	40,3	11,2	- 5,2	- 4,3	- 14,5
Construções novas – Edifícios	n.º	1.822	2.173	2.209	2.154	2.021	1.895	2.003
	v. h. (%)	- 9,8	20,4	38,1	9,0	- 6,5	- 5,4	- 13,6
para habitação familiar	v. h. (%)	- 6,9	21,7	39,7	12,3	- 7,0	- 4,8	- 16,4
Novos fogos para habitação familiar – Região Centro								
Licenciados	v. h. (%)	- 36,3	- 39,2	- 35,0	- 28,0	- 6,5	- 0,3	- 31,8
Concluídos ¹	v. h. (%)	- 23,9	5,8	43,6	11,5	2,5	- 2,8	- 15,3
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação								
Continente	v. h. (%)	3,4	3,7	2,4	1,5	1,2	1,0	1,9
Região Centro	v. h. (%)	4,9	5,3	3,9	3,1	2,7	2,3	1,7
Empréstimos concedidos a famílias para habitação ²								
Portugal	v. h. real (%)	- 3,3	- 2,9	- 1,4	- 0,5	0,8	1,2	n.d.
Região Centro	v. h. real (%)	- 3,1	- 2,7	- 1,7	- 0,7	0,6	1,0	n.d.
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.107,7	1.143,7	1.141,0	1.131,7	1.151,0	1.155,8	1.142,8
	v. h. real (%)	- 6,8	- 5,7	- 6,2	- 4,5	- 1,5	- 0,2	n.d.
Região Centro	€/m ²	949,0	959,7	955,0	945,7	964,3	965,3	947,4
	v. h. real (%)	- 4,7	- 5,0	- 5,8	- 4,2	- 1,0	0,5	n.d.

¹Os valores apresentados correspondem a dados provisórios (anos 2009 e 2010) ou preliminares (ano 2011) estimados.

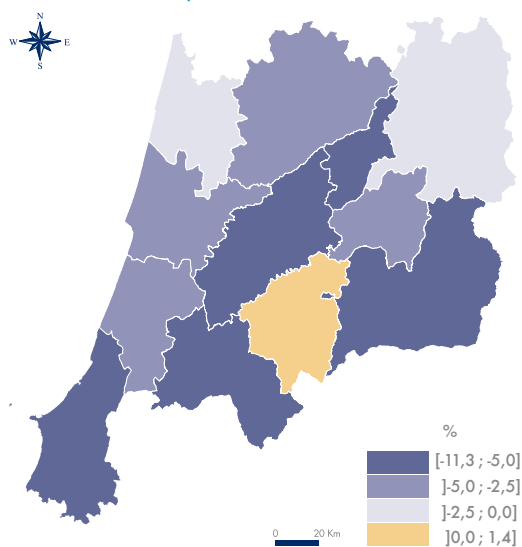
²O setor institucional das famílias inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Também ao nível da avaliação bancária da habitação se assistiu, uma vez mais, a uma diminuição homóloga real em Portugal (-6,8%) e na Região Centro (-4,7%). No entanto, na região a depreciação real da avaliação da habitação tem-se vindo a suavizar ao longo do ano. Sub-regionalmente, foi igualmente visível um decréscimo homólogo real da avaliação bancária da habitação em quase todas as NUTS III. Excetuou-se o Pinhal Interior Sul que, após quatro trimestres consecutivos com variações negativas, inverteu a tendência, registando uma valorização homóloga real da avaliação bancária da habitação de 1,4%. Em seis das restantes sub-regiões

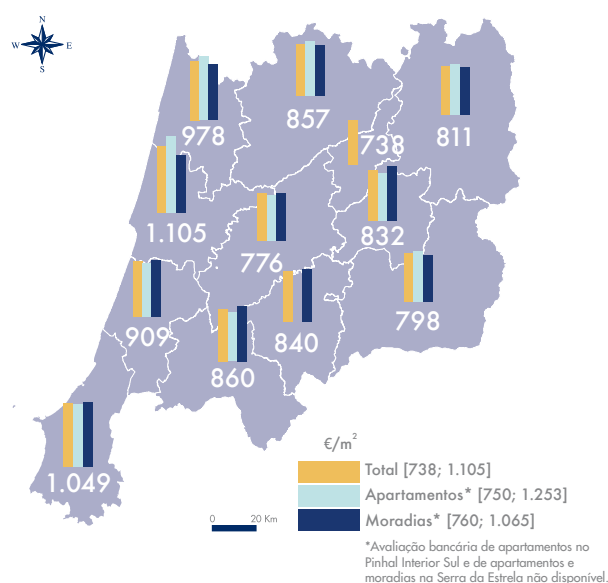
agravou-se o decréscimo homólogo real da avaliação bancária da habitação, sendo de destacar a Beira Interior Sul, com a quebra mais acentuada (de -1,0% no segundo trimestre de 2011 passou para -11,3% no terceiro trimestre do ano).

No terceiro trimestre de 2011, na Região Centro, a depreciação homóloga real da avaliação bancária da habitação foi mais expressiva ao nível dos apartamentos do que das moradias. Com exceção do Baixo Vouga, todas as NUTS III evidenciaram reduções homólogas reais na avaliação dos apartamentos. O Médio Tejo foi onde a avaliação bancária de apartamentos apresentou o maior decréscimo homólogo real, tendo evidenciado dos mais baixos valores de avaliação bancária de apartamentos da região (806 €/m²), no terceiro trimestre de 2011. Já em relação às moradias, diversas sub-regiões registaram crescimentos reais na avaliação bancária da habitação, sendo de destacar, com a maior variação, a Cova da Beira onde a avaliação bancária média de moradias se situou em 894€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2011



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2011



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

No terceiro trimestre de 2011 voltou a registar-se um acréscimo homólogo dos preços que, apesar de mais ligeiro do que no trimestre anterior, atingiu 3,7% na Região Centro e 3,2% em Portugal. Ao nível do consumo privado, os diversos indicadores considerados evidenciaram um recuo comparativamente com igual período do ano anterior.

Os preços em Portugal e na Região Centro evidenciaram um crescimento homólogo no terceiro trimestre de 2011, embora mais ligeiro do que nos restantes trimestres do ano. Em Portugal a inflação homóloga situou-se em 3,2%, tendo sido inferior à da região, onde os preços aumentaram 3,7% comparativamente com o terceiro trimestre de 2010 (Quadro 12). Na região, praticamente todas as classes que compõem o Índice de Preços no Consumidor (IPC) evidenciaram uma variação homóloga positiva à qual não será alheia a alteração da taxa normal de IVA de 21% para 23% ocorrida no início deste ano, tendo as mais relevantes sido observadas ao nível dos “Transportes” (7,7%) e das “Bebidas alcoólicas e tabaco” (7,5%), classes que já no trimestre anterior tinham registado os maiores crescimentos homólogos de preços. O “Vestuário e calçado”, foi a única classe a apresentar um decréscimo homólogo (-5,8%), que contrastou com a variação quer do trimestre anterior quer do mesmo período do ano anterior.

Quadro 12 – Preços

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	3,2	3,7	3,7	2,4	1,9	1,4	-0,8	
Região Centro	v. h. (%)	3,7	4,5	4,4	2,7	2,1	1,5	-1,0	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,5	2,9	3,5	2,9	2,1	-0,3	-3,0	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	7,5	9,1	7,5	5,8	4,8	4,7	3,7	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-5,8	1,1	-4,1	0,1	1,0	0,1	-3,2	
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	6,1	7,0	8,2	7,5	6,9	6,3	1,6	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,8	1,3	0,5	0,8	0,7	0,6	1,3	
Saúde	v. h. (%)	5,3	3,5	3,4	-1,7	-1,5	-1,8	-1,4	
Transportes	v. h. (%)	7,7	9,1	9,9	5,8	3,7	4,2	-4,1	
Comunicações	v. h. (%)	2,4	3,8	3,4	-1,9	-1,9	-2,0	-1,1	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,4	0,8	0,8	0,3	0,9	0,2	0,1	
Educação	v. h. (%)	0,9	0,9	0,9	0,8	1,3	1,2	2,1	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,8	1,9	1,9	1,2	0,8	0,9	2,0	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,6	2,7	2,1	0,5	0,1	0,1	2,1	

O consumo privado, a avaliar pela evolução do conjunto de indicadores constantes do Quadro 13, recuou no terceiro trimestre de 2011 por comparação com o mesmo período do ano anterior. Na Região Centro, apenas os pagamentos em caixas automáticas evidenciaram um crescimento homólogo, embora ligeiro (0,7%), e em Portugal, apenas os assinantes do serviço de televisão aumentaram face ao terceiro trimestre de 2010 (6,4%). Os restantes indicadores, tanto em Portugal como na região, registaram decréscimos homólogos, sendo de destacar a significativa contração homóloga real das chegadas de bens de consumo (-20,7%) na Região Centro.

Quadro 13 – Consumo Privado

		3T11	2T11	1T11	4T10	3T10	2010	2009	
								média trimestral	
Importações intracomunitárias (chegadas) de bens de consumo ¹									
Portugal	v. h. real (%)	-7,9	-9,8	-8,5	-5,8	-7,8	-4,5	10,6	
Região Centro	v. h. real (%)	-20,7	-3,4	-0,9	-5,1	-10,1	-4,7	-2,2	
Assinantes do serviço de televisão ²									
Portugal	v. h. (%)	6,4	7,4	8,0	9,7	11,2	11,1	9,2	
Região Centro	v. h. (%)	n.d.	11,3	12,0	14,3	16,2	16,1	13,3	
Receitas de cinema									
Portugal	v. h. real (%)	-9,9	21,0	-23,0	-4,9	17,7	9,9	6,5	
Região Centro	v. h. real (%)	-12,5	30,6	-26,4	-10,8	22,3	10,7	12,0	
Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins ³									
Portugal	v. h. real (%)	-8,6	-7,9	-6,8	-3,2	-1,6	-1,8	n.d.	
Região Centro	v. h. real (%)	-8,3	-8,2	-6,3	-2,9	-1,2	-1,9	n.d.	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-4,2	-3,9	-4,0	-0,3	1,4	1,7	2,2	
Região Centro	v. h. real (%)	-3,6	-3,7	-3,2	0,6	2,0	0,9	4,0	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-0,6	-0,9	-1,0	-0,3	-1,9	0,9	2,3	
Região Centro	v. h. real (%)	0,7	1,6	1,0	1,8	-1,1	-0,6	5,1	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	-2,8	2,7	0,1	6,9	12,5	11,8	4,7	
Região Centro	v. h. real (%)	-1,8	3,3	1,9	10,0	16,0	15,8	6,1	

n.d. - não disponível

¹ As importações intracomunitárias consideradas encontram-se por critério de origem e destino.
² Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra ótica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).³ O setor institucional das famílias inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), até 30 de setembro de 2011, foram aprovados 12.189 projetos individuais de investimento de promotores da Região Centro que se concretizavam num investimento total previsto de 9,4 mil milhões de euros e 4,7 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão. A região continuava assim a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN aprovados no país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até ao final do terceiro trimestre de 2011, tinham sido aprovadas 2.693 operações, o que correspondia a uma comparticipação de FEDER de 1,4 mil milhões de euros. O Mais Centro conseguia, nesta data, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente. Tanto a despesa validada de FEDER como os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro mais que duplicaram face aos valores registados um ano antes.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

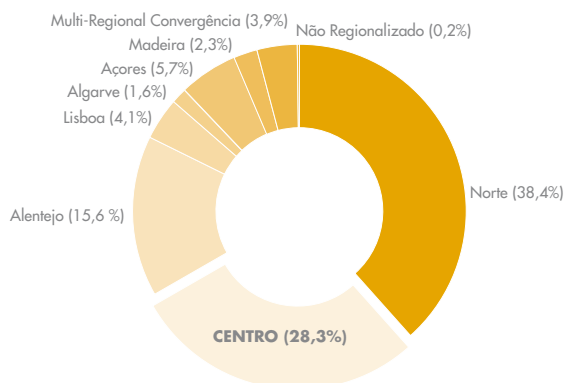
O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

A 30 de setembro de 2011, cerca de 82,3% dos fundos comunitários aprovados no âmbito do QREN encontravam-se concentrados nas três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo). Entre todas as regiões do país, a Região Centro continuava a ser a segunda região que mais beneficiava dos fundos comunitários aprovados, recolhendo 28,3% do total de fundos distribuídos no país (mais um ponto percentual que no final de junho de 2011).

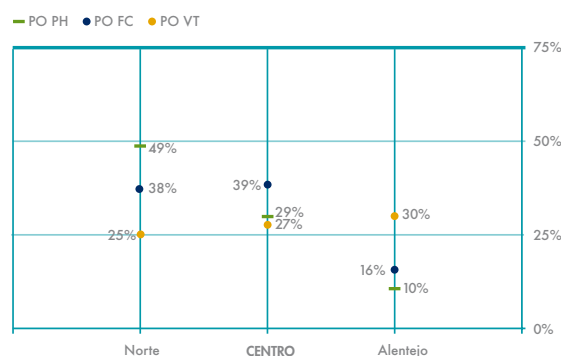
No que respeita aos fundos comunitários aprovados por programa operacional temático do QREN, verificava-se que as três regiões de convergência do Continente registavam um peso de 88% no PO PH, 93% no PO FC e 82% no PO VT. A Região Centro tem reforçado todos os trimestres o seu peso no total nacional de fundo comunitário aprovado no PO FC, tendo atingido, em 30 de setembro de 2011, o maior valor desde o início do período de programação (39%).

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região (30 de setembro de 2011)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 13", pág. 15

Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (30 de setembro de 2011)



Até 30 de setembro de 2011, foram aprovadas 12.189 operações²⁰, na Região Centro, no âmbito do QREN. Estas aprovações correspondem a um investimento total na região de 9,4 mil milhões de euros e a uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão no valor de 4,7 mil milhões de euros (Quadro 14). O acréscimo de aprovações de projetos de promotores da região, entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano, representa uma média de 271 candidaturas e de 174 milhões de fundos comunitários aprovados por mês. Este acréscimo de fundos comunitários aprovados na Região Centro foi bastante semelhante e equitativo entre os vários programas do QREN. Continuava, no entanto, a ser no PO PH e no Mais Centro que se registava o maior número de operações e de fundos comunitários aprovados até à data.

Em termos de alavancagem de investimento na região, verifica-se que o QREN potencia um investimento total de cerca do dobro do valor dos fundos comunitários aprovados, ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de dois euros. Verifica-se também que é no PO FC que este efeito multiplicador era o mais intenso (cerca de 3,5) e no PO PH o menos intenso (na ordem de 1,4).

No Programa Operacional Regional - Mais Centro, até 30 de setembro de 2011, tinham sido aprovadas 2.693 operações individuais que se traduziam num investimento total na região de 2,3 mil milhões de euros comparticipado com fundo comunitário FEDER em 1,4 mil milhões de euros. Estes valores correspondem a um acréscimo de FEDER aprovado de 127 milhões de euros face ao aprovado no final de junho de 2011.

²⁰ São consideradas as operações individuais que fazem parte integrante dos Programas de Ação (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas).

Quadro 14 – O QREN na Região Centro (30 de setembro de 2011)

		REGIÃO CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	12.189	2.693	7.616	1.666	214
Investimento (custo) total	milhões €	9.422	2.275	2.024	3.855	1.268
	% do total nacional	31,0	22,1	29,2	46,7	26,2
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.400	1.945	2.024	3.279	1.151
	% do total nacional	30,9	22,0	29,2	46,3	27,0
Fundo comunitário	milhões €	4.741	1.365	1.398	1.115	863
	% do QREN (total) da região	100,0	28,8	29,5	23,5	18,2
	% do total nacional	28,3	23,0	29,4	39,0	27,4

Os dados referentes a final de setembro evidenciam que 28,6% da dotação dos fundos previstos até final de 2015 já está executado (Quadro 15). A taxa de execução do Mais Centro (relação entre o FEDER validado e o FEDER programado) encontrava-se assim acima da taxa de execução dos vários PO regionais do Continente (média de 26,2%) e aproximava-se da taxa de execução global do QREN (34,7%). O crescimento da taxa de execução do Mais Centro face ao final de junho de 2011 foi o mais elevado desde o início do programa (mais 4,8 pontos percentuais) e também superior ao crescimento registado na taxa de execução do total do QREN (mais 3,5 pontos percentuais). Apesar do diferencial entre a taxa de execução (28,6%) e a taxa de compromisso (80,2%) do Mais Centro ser bastante elevado e ter voltado a ultrapassar os 50 pontos percentuais, foi o mais reduzido das regiões de convergência do Continente.

O crescimento da taxa de execução do Mais Centro, entre o final de junho e o final de setembro de 2011, corresponde a um aumento da despesa validada de fundo comunitário de 81,3 milhões de euros, que se cifrava, em valores acumulados, num total de 486,6 milhões de euros. A taxa de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) era assim de 35,7%.

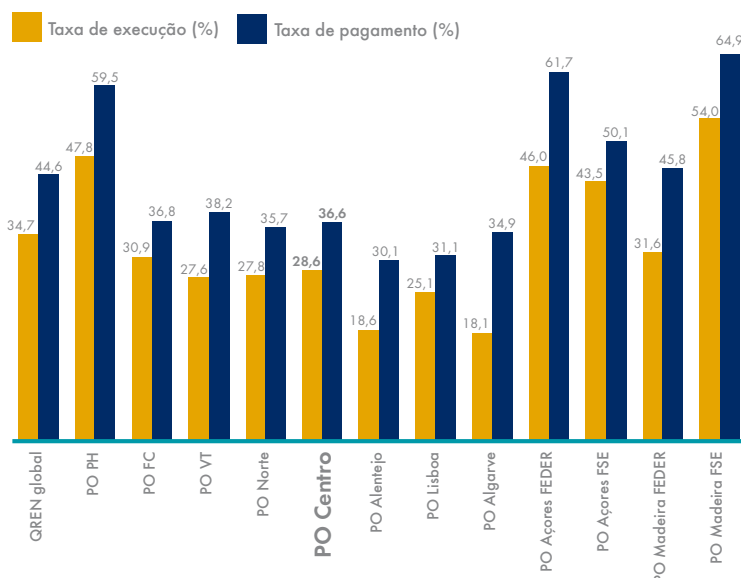
Em termos de execução e realização do Mais Centro, os eixos prioritários evidenciavam, a 30 de Setembro de 2011, alguma disparidade, com o eixo 3 a registar as taxas de execução e de realização mais elevadas (bastante acima da taxa média do programa regional) e o eixo 5 as mais reduzidas (muito aquém das taxas médias).

Tal como os indicadores já analisados atrás, também a taxa de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) registou um importante aumento entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano (2,9 pontos percentuais), fixando-se em 36,6% em 30 de setembro. As taxas de execução, de realização e de pagamento do Mais Centro eram assim as mais elevadas entre as registadas por todos os PO regionais do Continente.

A taxa de pagamento corresponde a um volume de pagamentos efetuados aos beneficiários do Mais Centro que ascendeu a quase 500 milhões de euros, aumentando assim cerca de 83 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do ano. É ainda de referir que, nesta data, tanto a despesa validada de FEDER como os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro mais que duplicaram os valores registados um ano antes, em 30 de setembro de 2010.

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		setembro 2011	junho 2011	março 2011	dezembro 2010	setembro 2010
execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	659,9	554,0	454,4	370,9	294,5
Fundo comunitário	milhões €	486,6	405,3	325,9	261,3	203,1
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	499,6	416,7	336,9	285,1	220,1
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	80,2	72,7	64,0	56,9	64,8
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	28,6	23,8	19,2	15,4	11,9
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	35,7	32,7	29,9	27,0	18,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	36,6	33,7	31,0	29,5	20,0
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	102,7	102,8	103,4	109,1	108,3

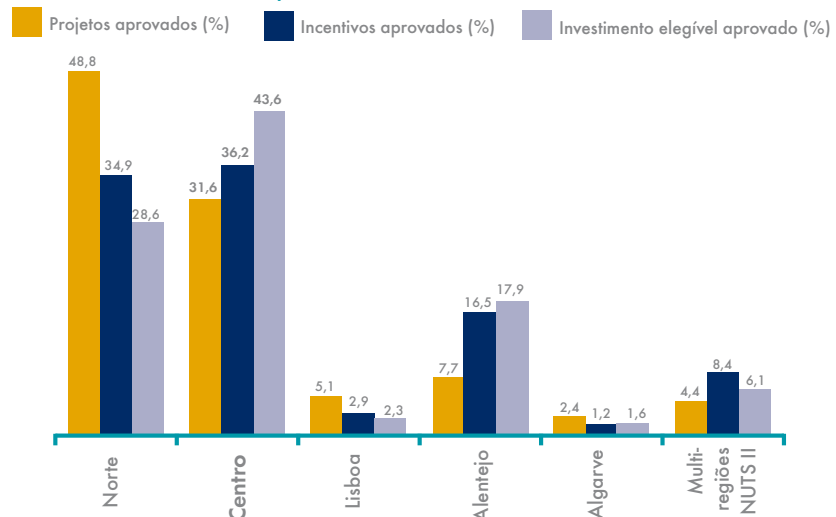
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional (30 de setembro de 2011)



A Região Centro tem evidenciado um desempenho muito positivo na Agenda Temática da Competitividade, no âmbito do QREN, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos. À data de 30 de setembro de 2011, era a região do Continente com maior valor de investimento elegível e incentivos aprovados, situação que se tem reforçado ao longo dos vários trimestres e que evidencia uma dinâmica regional de investimento empresarial muito forte. Quase 44% do investimento elegível e mais de 36% dos incentivos aprovados no Continente com co-financiamento dos Sistemas de Incentivos do QREN respeitavam a projetos de empresas da Região Centro. Até ao final de setembro de 2011, tinham sido aprovados 1.889 projetos de empresários da região através dos Sistemas de Incentivos, financiados pela Mais Centro e pelo PO FC, o que representava um investimento elegível de 3,3 mil milhões de euros e um incentivo de 1,1 mil milhões de euros.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos apenas no âmbito do Mais Centro, até ao final do terceiro trimestre de 2011, o número de projetos aprovados respeitantes a intenções de pequenas e médias empresas era de 1.205, aos quais correspondia 533,7 milhões de euros de investimento elegível e 323,4 milhões de euros de incentivos aprovados. Em termos de realizações, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 798 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 131 são novas empresas/*start-up* e 58 são novas empresas/*start-up* de sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de setembro de 2011)

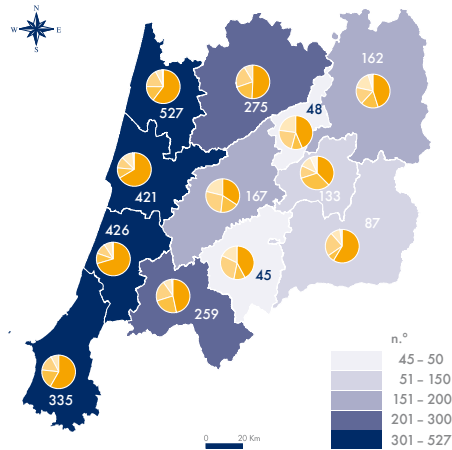


A análise da distribuição territorial dos projetos aprovados até ao final de setembro de 2011, ao abrigo do Mais Centro, destacava as quatro sub-regiões localizadas no litoral da Região Centro (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste). Este território litoral da região concentrava 59% do total de operações aprovadas e 58% do total de FEDER aprovado no Mais Centro. As NUTS III Médio Tejo e Dão-Lafões também se têm evidenciado pelos valores importantes (e próximos dos registados pelas sub-regiões do litoral regional) registados ao nível das operações e comparticipações de FEDER aprovadas. No conjunto, estas seis sub-regiões referidas (metade das NUTS III da Região Centro) concentravam uma importante parcela do total de FEDER aprovado na Região Centro até esta data (77,7%).

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, observava-se uma maior concentração de FEDER aprovado nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Estes eixos eram os que registavam maior valor de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da Região Centro, com excepção do Médio Tejo e da Cova da Beira em que o Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2) assumia também grande relevância.

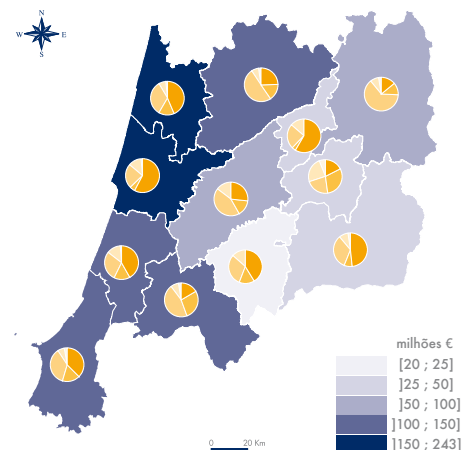
A distribuição sub-regional do fundo comunitário aprovado relativizado pela população residente evidenciava, nesta data, a importância da Beira Interior Norte e do Baixo Mondego, à semelhança do que se tem verificado nos trimestres anteriores. Este indicador apresentava ainda valores relevantes para a Serra da Estrela e Pinhal Interior Norte. As operações aprovadas no Mais Centro com maior dimensão média (fundo comunitário/número de operações aprovadas) encontravam-se localizadas nas sub-regiões Serra da Estrela e Baixo Mondego.

Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (30 de setembro de 2011)



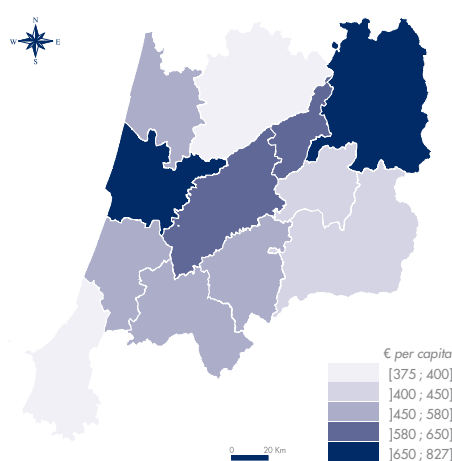
- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos
- Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais
- Eixo 4 - Protecção e valorização ambiental
- Eixo 5 - Governação e capacitação institucional

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (30 de setembro de 2011)

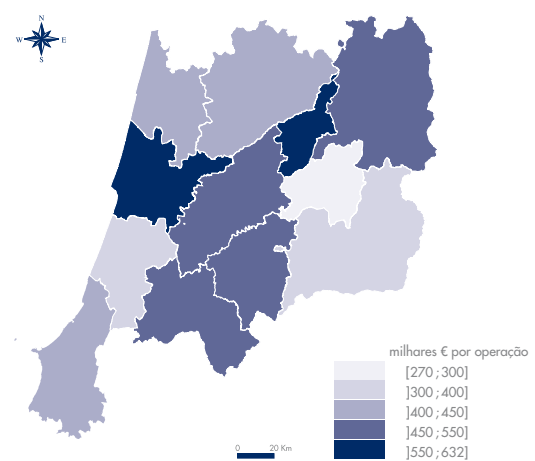


- Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
- Eixo 2 - Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos
- Eixo 3 - Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais
- Eixo 4 - Protecção e valorização ambiental
- Eixo 5 - Governação e capacitação institucional

Fundo comunitário aprovado per capita no âmbito do Mais Centro (30 de setembro de 2011)



Fundo comunitário aprovado por operação no âmbito do Mais Centro (30 de setembro de 2011)



Open Days – European Week of Regions and Cities



Os Open Days são o maior evento anual das cidades e das regiões europeias. Resulta de uma organização conjunta do Comité das Regiões e da Comissão Europeia (através da Direção Geral de Política Regional) que, em cooperação com o Parlamento Europeu e a Presidência da União Europeia, junta em Bruxelas mais de 200 regiões e municípios de mais de 35 países diferentes. Esta participação funciona ainda em parceria com empresas, bancos, associações internacionais e organizações académicas com quem promovem mais de uma centena de seminários, reuniões de trabalho, exposições e oportunidades de contacto para cerca de 6 mil participantes.

A Região Centro participou nos Open Days dos últimos três anos:

- em 2008, o tema da parceria foi a energia sustentável. A Região Centro foi participar no workshop “*Red lights to green energy? Overcoming the barriers to renewables*”.
- em 2009 a Região Centro participou com a experiência das estratégias de eficiência colectiva para os espaços de baixa densidade (PROVERE) sob o tema “*2020 Regions: Acting for the Future*” e

- em 2010, o conglomerado manteve o mesmo mote para a organização dos eventos em Bruxelas tendo promovido um debate com o tema: “*From knowledge to growth: stimulating the green economy*”. Neste ano foi estabelecida uma parceria com a entidade gestora do cluster do Habitat Sustentável.

Em 2011, o tema geral foi “*Investing in Europe’s future: Regions and cities delivering smart, sustainable and inclusive growth*”. A Região Centro integrou um conglomerado de regiões que incluiu West Norway (região líder) e Mid Norway, da Noruega, East of England, do Reino Unido, Warmia and Mazury, da Polónia e Dinamarca Central. Este conjunto de regiões elegeu o tema da saúde como prioritário para os respectivos territórios, propondo às entidades organizadoras uma parceria em torno do tema “*2020 Regions – Acting for a Healthy Future*”.

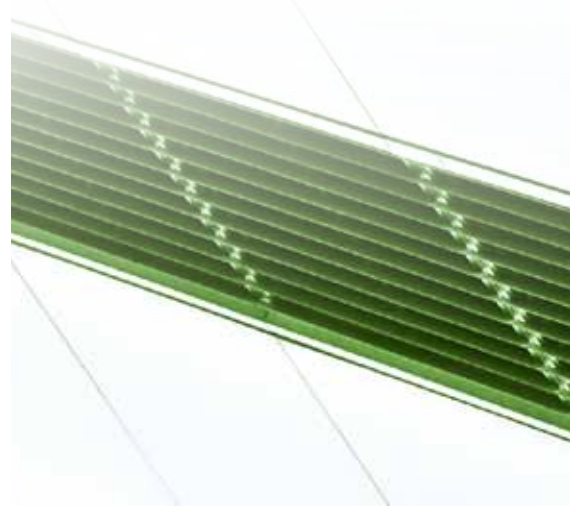
Os Open Days são um excelente momento de partilha e interação entre entidades regionais e entre estas e as instâncias comunitárias no contexto dos vários workshops que dinamizaram o evento. A CCDRC constituiu uma delegação com representantes de diversas entidades regionais, em função do tema e dos eventos previstos: o IPN – Instituto Pedro Nunes, as Universidades de Coimbra, de Aveiro e da Beira Interior, o AIBILI - Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem, o BIOCANT – Centro de Inovação e Parque de Biotecnologia, o CEC – Conselho Empresarial do Centro e a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto.

Parcerias regionais nos Open Days, 2011



No âmbito da programação oficial dos Open Days, a parceria que a Região Centro integrou organizou o debate «*Innovation for a Healthy Future*» onde intervieram todas as regiões do conglomerado. A intervenção da Região Centro ficou a cargo da Prof. Doutora Teresa Mendes, do Instituto Pedro Nunes, com a comunicação: «*Low-cost innovations and open business models: application to the health sector*».

No sentido de aproveitar a oportunidade oferecida pelos Open Days de congregar em Bruxelas representantes de entidades e organizações de várias regiões ligadas ao tema da inovação e saúde, a parceria “*2020 Regions – Acting for a Healthy Future*” organizou uma *brokerage session*, com sessões paralelas, para partilha de ideias e projectos relacionados com o tema «inovação no sector da saúde». Este foi o momento para as entidades que integraram a delegação da Região Centro aos Open Days, designadamente as que trabalham mais directamente em projectos relacionados com o tema da saúde, estabelecerem contactos directos com potenciais parceiros, mas também com responsáveis por programas financiadores de iniciativas neste domínio (um dos principais resultados desta sessão foi justamente o compromisso da parte dos moderadores em ajudarem a encontrar o melhor caminho para acesso a fundos comunitários). Este género de iniciativas “potencia um previsível trabalho no futuro, eventualmente em parceria, o que pode ser determinante em candidaturas como o 7º Programa Quadro, para além de outros, em que são necessários parceiros europeus”. Foi este o tom dominante das apreciações dos participantes da região neste evento, onde participaram cerca de quatro dezenas de interessados no tema, provenientes de uma dezena de países europeus.



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

A APLICAÇÃO DA TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS À REGIÃO CENTRO

Em 2009, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou uma nova versão da Tipologia de Área Urbanas (TIPAU), uma classificação a aplicar a todas as freguesias do país. Esta nova classificação de freguesias veio substituir a aprovada em 1998 e teve o seu início de vigência a 28 de setembro de 2009 através da 8.^a (2008) deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística publicada no Diário da República, 2.^a série, n.º 188. Tal como a versão anterior, a TIPAU 2009 consiste numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em áreas predominantemente urbanas (APU), áreas mediamente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR). Esta classificação resulta do grau de urbanização do território pelo que permite, simultaneamente, uma definição da população urbana como a população residente em AMU e APU. É, no entanto, de ressaltar que esta metodologia se distingue da anterior por resultar de uma análise com base em unidades territoriais de menor dimensão (secções e subsecções estatísticas em vez de freguesias) e por ser baseada em critérios completamente objetivos, o que facilita a leitura dos dados e os torna comparáveis e adequados a novos contextos.

A revisão desta classificação implicou um trabalho conjunto entre o INE e várias entidades com assento na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística e com importantes funções ao nível das estratégias de desenvolvimento e de ordenamento do território de que são exemplo o Ministério com as competências do Ordenamento do Território, a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), os Governos Regionais, as Associações Nacionais de Municípios e de Freguesias (ANM e ANAFRE) ou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Para além do papel de relevo que todas as entidades envolvidas incutiam já a esta classificação, este foi reforçado a partir de 2007 com a inclusão da TIPAU como critério a utilizar na distribuição do Fundo de Financiamento das Freguesias, segundo a proposta da Lei das Finanças Locais aprovada em Conselho de Ministros (artigo 32º), o Orçamento de Estado para 2007 (OE/2007 – Lei n.º 53-A/2006, de 29 de setembro, artigo 24º) e a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007).

A metodologia seguida para a construção da TIPAU 2009 está descrita com mais pormenor num documento elaborado pela CCDRC²¹.

²¹ Disponibilizado na ligação do Boletim Trimestral n.º 12 em www.ccdrc.pt (https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_ccnewsletter&view=newstletters&Itemid=37&lang=pt&limitstart=8).

CONCEITOS:

Área Predominantemente Urbana (APU)

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a *espaço urbano*, sendo que o peso da área em *espaço de ocupação predominantemente rural* não ultrapasse 50% da área total da freguesia **ou**

2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes **ou**

3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área Mediamente Urbana (AMU)

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a *espaço urbano*, sendo que o peso da área de *espaço de ocupação predominantemente rural* ultrapassa os 50% da área total da freguesia **ou**

2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a *espaço urbano* em conjunto com *espaço semiurbano*, sendo que o peso da área de *espaço de ocupação predominantemente rural* não ultrapassa os 50% da área total da freguesia **ou**



Análise de Resultados – Região Centro

3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes ou

4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área Predominantemente Rural (APR)

Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

²² Definida no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

Em Portugal, 944 freguesias são classificadas como áreas predominantemente urbanas, o que corresponde a cerca de 22% do total de freguesias existentes no país no momento dos Censos 2001. Estas freguesias de natureza urbana ocupam 15,2% do território mas concentram 66,9% da população residente em todo o território nacional. Em termos regionais, considerando a delimitação da Região Centro considerada para fins estatísticos (com 100 municípios)²², a área urbana respeita a 12,8% das freguesias, abrange 10,9% da área da região e concentra 42,7% da população. A população residente na Região Centro em AMU e APU cifra-se em mais de 1,6 milhões de indivíduos mas que respeita a apenas 18,7% da população nacional residente nestas áreas. Ao contrário do que aconteceu com as APU, em que o seu peso na região estava aquém da média nacional, o território rural da Região Centro (APR) ultrapassa a média nacional. Das 1.332 freguesias da região, 170 foram classificadas como áreas predominantemente urbanas enquanto 865 (cinco vezes mais) são áreas predominantemente rurais. No entanto, tal como seria de esperar, é de referir que as freguesias rurais da região ocupam muito território mas têm uma concentração populacional muito reduzida. De facto, a área ocupada pelas freguesias rurais é seis vezes superior à ocupada pelas urbanas mas a população aí residente é apenas 71% do total de população residente nos territórios urbanos.

Quadro-resumo com classificação final das freguesias com base na TIPAU

Classificação TIPAU 2009	Freguesias		Área		População	
	N.º	%	km²	%	N.º	%
Portugal	4.241	100,0	92.115	100,0	10.356.117	100,0
APU	944	22,3	13.967	15,2	6.930.726	66,9
AMU	1.106	26,1	18.486	20,1	1.818.610	17,6
APR	2.191	51,7	59.661	64,8	1.606.781	15,5
Região Centro (100)	1.332	100,0	28.199	100,0	2.348.397	100,0
APU	170	12,8	3.081	10,9	1.003.620	42,7
AMU	297	22,3	6.000	21,3	632.930	27,0
APR	865	64,9	19.117	67,8	711.847	30,3
Região Centro (77)	1.102	100,0	23.272	100,0	1.775.154	100,0
APU	124	11,3	2.254	9,7	742.823	41,8
AMU	226	20,5	4.766	20,5	475.858	26,8
APR	752	68,2	16.253	69,8	556.473	31,3

Dada a própria metodologia de classificação, uma das principais características das freguesias rurais é apresentarem uma densidade populacional muito reduzida. Como se pode verificar, 94% das freguesias classificadas como áreas predominantemente rurais na Região Centro registam uma densidade populacional inferior a 100 habitantes por km². É ainda de referir que das 865 freguesias rurais pertencentes à Região Centro, 551 freguesias têm densidades populacionais inferiores a 50 habitantes por km², o que equivale a 64%.

No caso das freguesias predominantemente e mediamente urbanas, a situação mais comum é a existência de densidades populacionais que se posicionam entre os 100 e os 500 habitantes por km². De facto, apenas cerca de 28% das freguesias urbanas tem uma densidade populacional muito elevada, ou seja, superior a 500 habitantes por km².

Classificação das freguesias com base na TIPAU segundo a densidade populacional

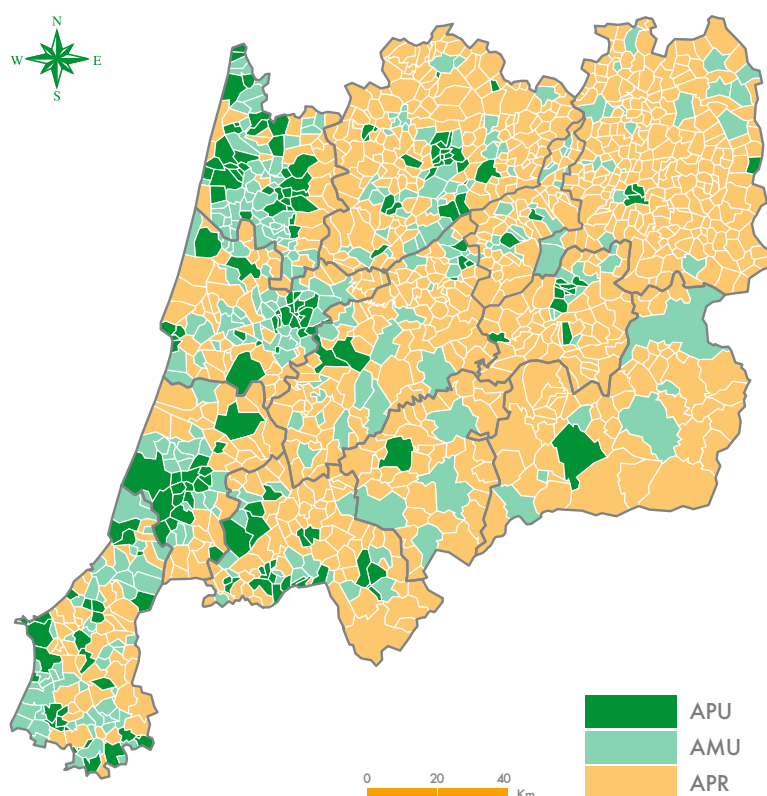
Densidade Populacional	APU		AMU		APR	
	N.º freguesias	%	N.º freguesias	%	N.º freguesias	%
Região Centro (100)	170	100,0	297	100,0	865	100,0
< 100 hab/km ²	6	3,5	60	20,2	813	94,0
100 - 500 hab/km ²	117	68,8	237	79,8	52	6,0
> 500 hab/km ²	47	27,6	0	0,0	0	0,0
Região Centro (77)	124	100,0	226	100,0	752	100,0
< 100 hab/km ²	5	4,0	52	23,0	714	94,9
100 - 500 hab/km ²	84	67,7	174	77,0	38	5,1
> 500 hab/km ²	35	28,2	0	0,0	0	0,0

Esta classificação do território evidencia que, com exceção de algumas capitais de distrito, enquanto as freguesias rurais se encontram muito concentradas no interior da região, as freguesias predominantemente urbanas estão bastante concentradas no litoral. O mesmo acontece com grande parte do território nacional. Tendo em conta que a Região Centro tem como característica uma grande difusão por todo o seu território de espaços de média-dimensão, verifica-se que as freguesias classificadas como mediantemente urbanas evidenciam este mesmo padrão territorial em termos de distribuição.

Analisando os resultados para as 12 NUTS III da Região Centro, verifica-se que, com exceção do Baixo Vouga e do Oeste, todas as restantes sub-regiões têm freguesias predominantemente rurais em maior número do que das restantes classificações. Sobressai a Beira Interior Norte, o Pinhal Interior Sul e a Beira Interior Sul por registarem um peso muito elevado de espaços rurais: 90,4%, 88,4% e 87,9%, respetivamente, das suas freguesias são predominantemente rurais. No caso do Baixo Vouga e do Oeste, o maior número de freguesias encontram-se classificadas como mediantemente urbanas.

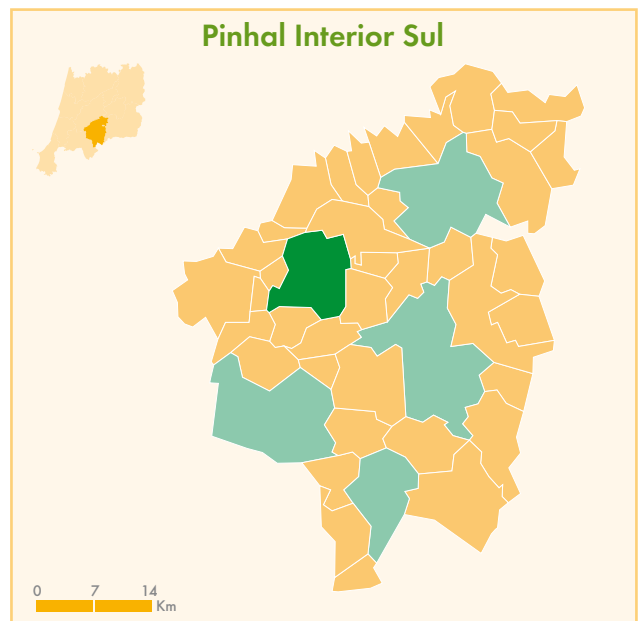
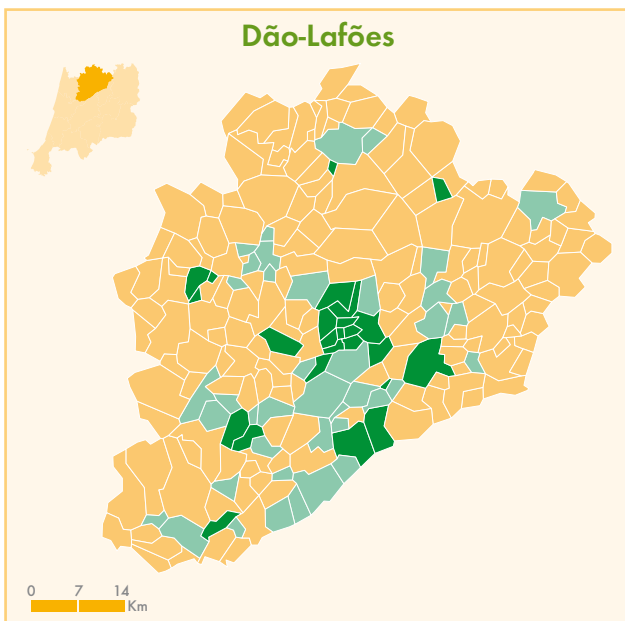
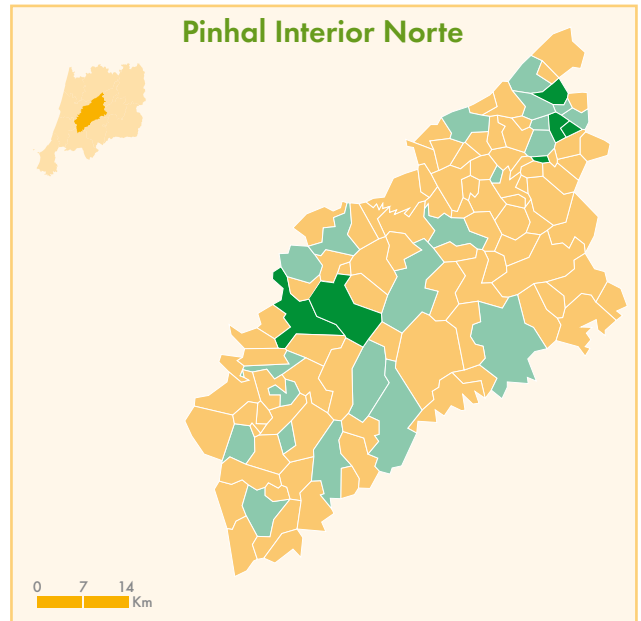
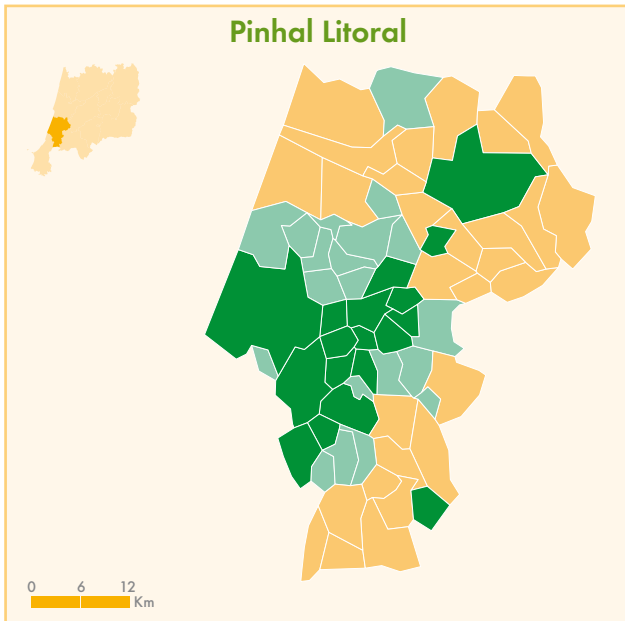
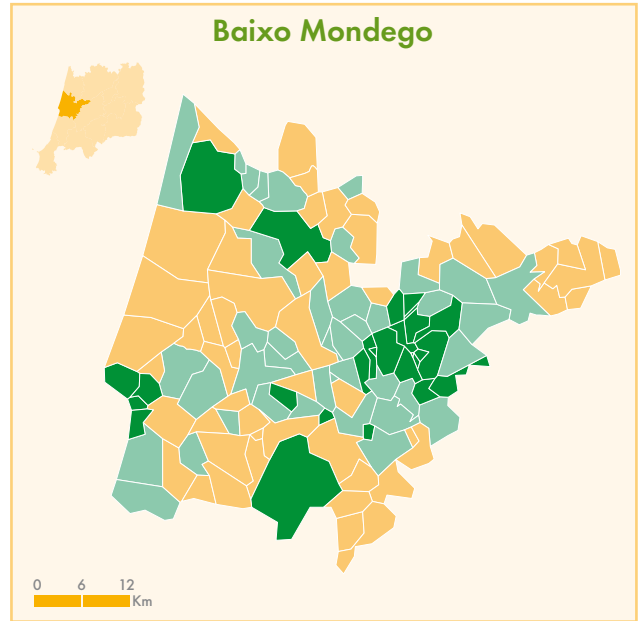
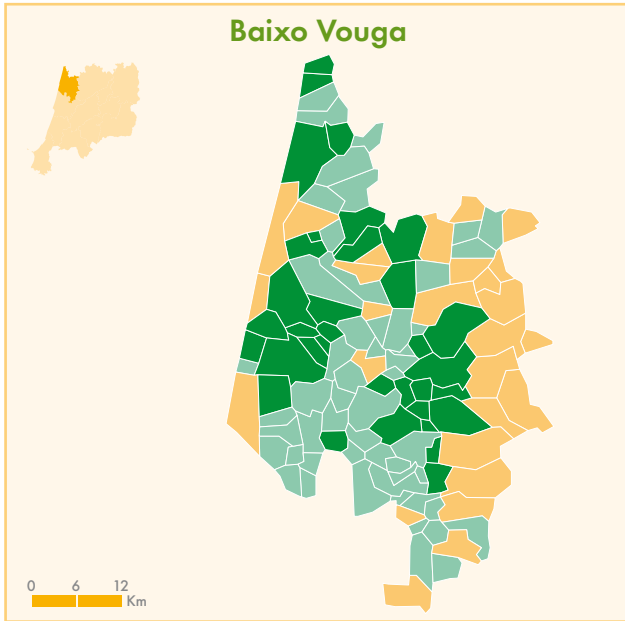
Com mais de 20% das suas freguesias a serem classificadas como espaços urbanos, apenas se encontram as quatro NUTS III do litoral – Baixo Vouga (29,8%), Baixo Mondego (21%), Pinhal Litoral (27,3%) e Oeste (20,7%) – em conjunto com o Médio Tejo (20,8%).

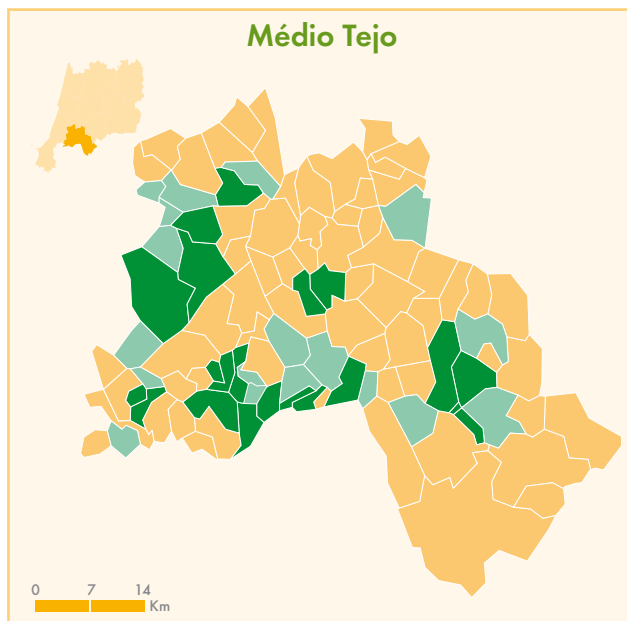
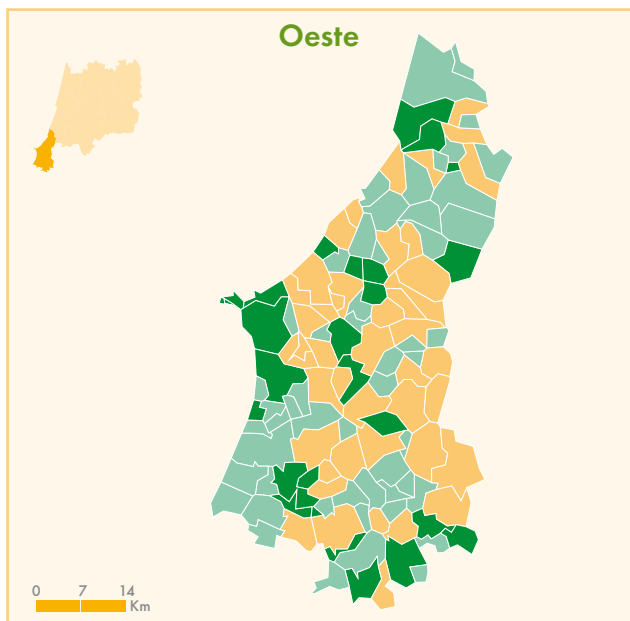
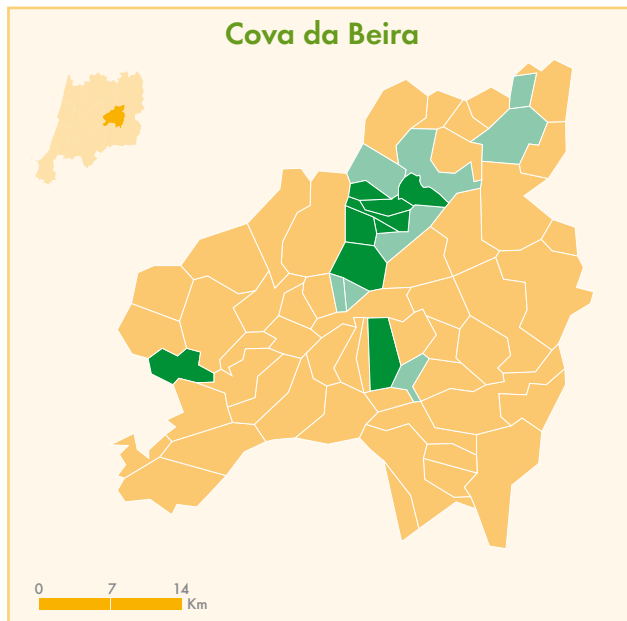
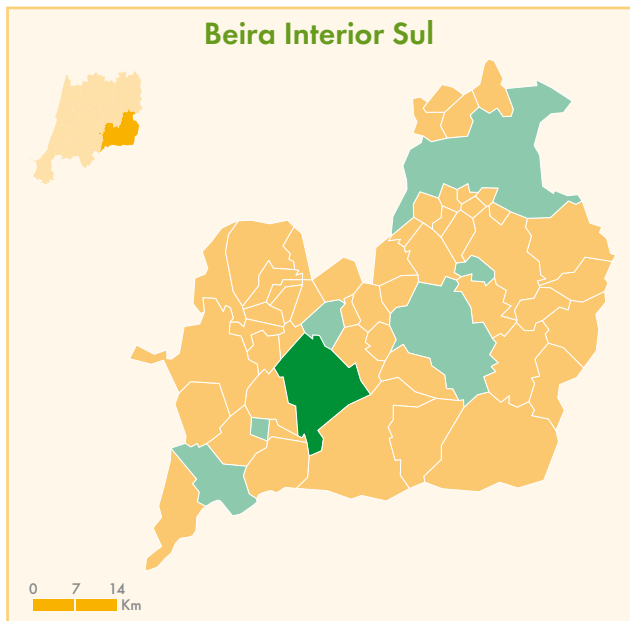
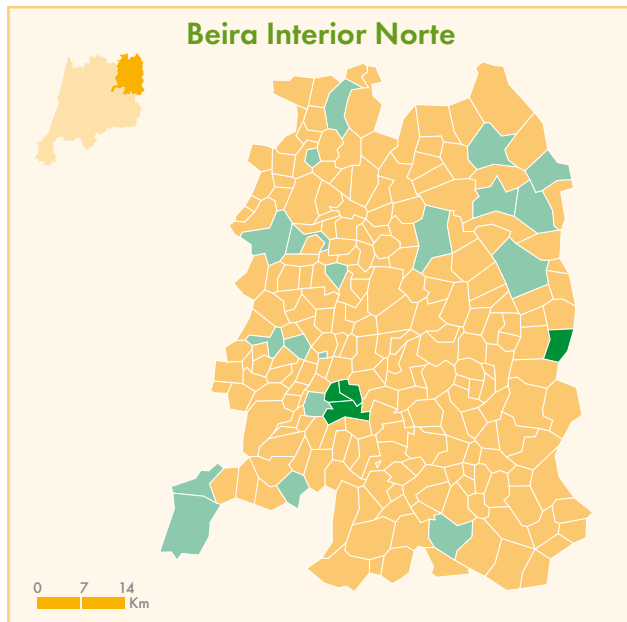
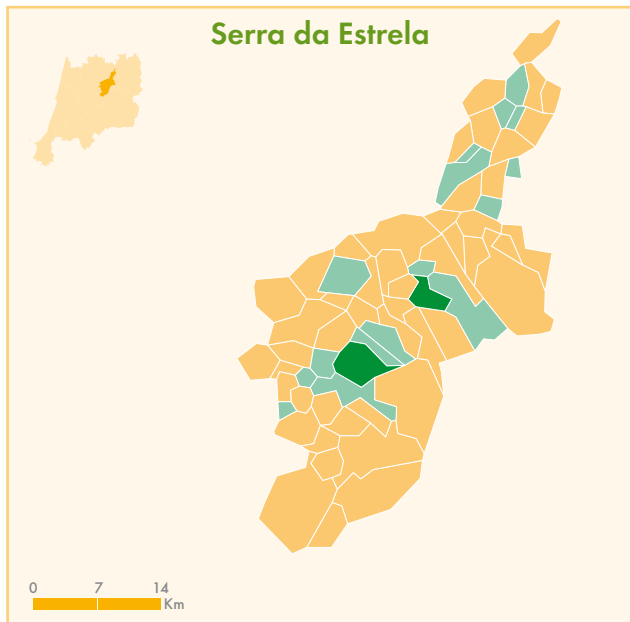
Classificação das freguesias com base na TIPAU na Região Centro





Classificação das freguesias com base na TIPAU, agregadas por NUTS III





PARQUE HABITACIONAL DA REGIÃO CENTRO

CENSOS 2011

CONCEITOS:

Edifício

Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Edifício Exclusivamente Residencial

Edifício cuja área está afeta, na totalidade à habitação e a usos complementares, como estacionamento, arrecadação ou usos sociais

Edifício Principalmente Residencial

Edifício cuja área está afeta na sua maior parte (50 a 99%) à habitação e a usos complementares, como estacionamento, arrecadação ou usos sociais.

Edifício Principalmente Não Residencial

Edifício cuja área está afeta, na sua maior parte, a fins não habitacionais.

Características dos edifícios em 2011, na Região Centro e em Portugal

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou, no passado mês de novembro, resultados pré-provisórios dos Censos 2011 relativos à caracterização do parque habitacional nacional e em dezembro, resultados provisórios da informação de população, famílias e edifícios. Estes dados vieram disponibilizar informação nova e atualizar os dados preliminares já disponibilizados em Junho. Apesar de serem dados sem caráter definitivo e de terem sido disponibilizadas apenas algumas variáveis, é já possível aferir algumas dinâmicas de expansão e ocupação do parque habitacional na Região Centro.

Crescimento do número de edifícios mais elevado entre 2001 e 2011 do que na década anterior

À data de referência dos Censos 2011 (21 de Março de 2011), existiam 3,5 milhões de edifícios em Portugal e 1,1 milhões na Região Centro. O número de edifícios aumentou 12,1% no país e 12% na região, o que significa um acréscimo de 383,6 mil e 119,4 mil edifícios, respetivamente. A variação observada nesta década foi assim superior à registada entre 1991 e 2001.

Na região, grande parte dos edifícios (cerca de 60,3%) foi construído após 1971 e 28% tem menos de 20 anos, o que se deve à forte dinâmica de construção das últimas décadas. Situação muito semelhante ocorre para a média nacional.

O índice de envelhecimento de edifícios (número de edifícios construídos até 1960 no total de edifícios construídos após 2001) na região era superior ao registado para Portugal (1,99 e 1,9 respetivamente).

A dimensão média dos edifícios (número médio de alojamento por edifício) na Região Centro é de 1,3 enquanto no país é de 1,7. De facto, 92,6% dos edifícios da região têm apenas um alojamento.

Quanto à residencialidade, verifica-se uma forte supremacia dos alojamentos exclusivamente residenciais, que representavam 94,2% do total de edifícios da região.

Características dos edifícios em 2011, na Região Centro e em Portugal

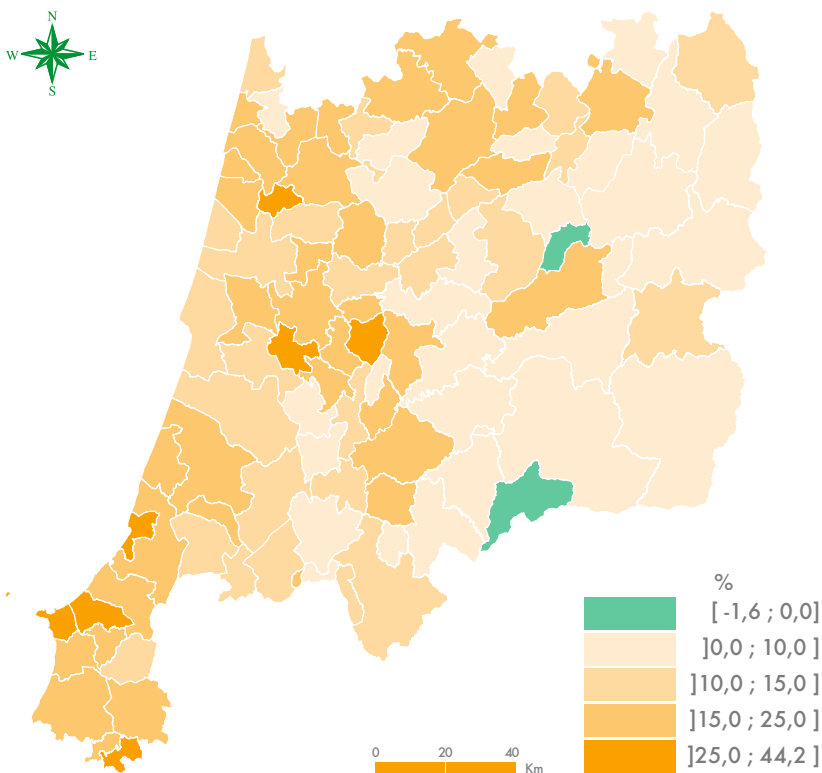
	Portugal		Região Centro	
	N.º	%	N.º	%
Edifícios	3.543.595	100,0	1.111.682	100,0
Segundo a época de construção				
Antes de 1919	200.298	5,7	55.385	5,0
De 1919 a 1945	294.503	8,3	97.066	8,7
De 1946 a 1970	875.814	24,7	288.036	25,9
De 1971 a 1990	1.139.090	32,1	359.615	32,3
De 1991 a 2011	1.033.890	29,2	311.580	28,0
Segundo o número de alojamentos				
Com 1	3.089.159	87,2	1.029.267	92,6
Com 2 a 6	308.674	8,7	62.572	5,6
Com 7 a 12	103.754	2,9	15.217	1,4
Com 13 ou mais	42.008	1,2	4.626	0,4
Segundo a utilização do edifício				
Exclusivamente residencial	3.306.299	93,3	1.047.318	94,2
Principalmente residencial	212.389	6,0	57.489	5,2
Principalmente não residencial	24.907	0,7	6.875	0,6
Clássicos construídos estruturalmente para				
Possuir 1 ou 2 alojamentos familiares	3.214.280	90,7	1.051.742	94,6
Possuir 3 ou mais alojamentos familiares	290.696	8,2	48.823	4,4
Outro tipo	38.619	1,1	11.117	1,0

Crescimento do parque habitacional mesmo em zonas despovoadas do interior da região

À data dos Censos 2011, havia 5,9 milhões de alojamentos no país e 1,4 milhões na Região Centro, dos quais apenas 0,2% são alojamentos coletivos e os restantes 99,8% são alojamentos familiares. Os alojamentos familiares cresceram 16,2% a nível nacional e 15,4% a nível regional entre 2001 e 2011, variações inferiores às observadas na década anterior, entre 1991 e 2001.

A variação do número de alojamentos evidencia um crescimento mais forte no litoral da região tal como acontece com a evolução da população entre os dois últimos Censos. No entanto, apesar deste padrão territorial, a dinâmica de crescimento habitacional é transversal a todo o território regional. Enquanto se assistiu a um decréscimo populacional em 69 dos 100 municípios da região, com um claro despovoamento de todo o interior, no caso dos alojamentos apenas se registou uma diminuição entre 2001 e 2011 em dois municípios: Vila Velha de Ródão e Manteigas. Apesar do crescimento do número de alojamentos ser de facto menos forte no interior do que litoral, isto significa que a dinâmica do setor da construção foi tão forte na última década que superou o despovoamento sentido no interior.

Varição dos alojamentos familiares por municípios da Região Centro, 2001-2011



CONCEITOS:

Alojamento

Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Alojamento Coletivo

Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes.

Alojamento Familiar

Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Alojamento Familiar Clássico

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Forte aumento dos alojamentos vagos e dos alojamentos de residência secundária na região

CONCEITOS:

Alojamento Familiar Vago

Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

Alojamento Familiar de Residência Habitual

Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.

Alojamento Familiar de Residência Secundária

Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

A dinâmica de crescimento dos alojamentos, em discordância com o decréscimo populacional no interior da região, deixa antecipar uma alteração da estrutura do parque habitacional conhecida em 2001. De facto, os dados dos Censos 2011, evidenciam um aumento claro dos alojamentos familiares de residência secundária e vagos.

Os alojamentos familiares aumentaram entre os dois últimos momentos censitários um pouco mais de 16% em Portugal e 15,4% na Região Centro, aumento este que foi em grande medida suportado pelo crescimento observado nos alojamentos de residência secundária e nos alojamentos vagos. Na região, o aumento do número de alojamentos vagos foi particularmente intenso, tendo crescido 51,5%. Este aumento dos alojamentos vagos e de residência sazonal era já previsível tendo em conta o diferencial positivo entre o número de famílias residentes e o número de alojamentos observado nos vários municípios. É de referir que existem alojamentos vagos e de residência secundária distribuídos por todo o território regional. No litoral da região esta situação deve-se à existência de alojamentos nas zonas balneares para ocupação apenas em períodos de férias. Já no interior esta situação fica a dever-se, em grande medida, à população que saiu desses territórios (por fenómenos de migração no país ou de emigração) mas que manteve os seus alojamentos.

Variação dos alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, 2001-2011

	Portugal	Região Centro
	%	
Total	16,2	15,4
Residência habitual	11,7	7,6
Residência secundária	22,6	21,4
Vagos	35,1	51,5

Na Região Centro, os alojamentos familiares de residência habitual representam agora 61,9% do total de alojamentos destinados às famílias na região quando este peso era de 66,4% nos Censos 2001. A Região Centro é mesmo a segunda região do país com maior peso dos alojamentos de residência secundária e dos alojamentos vagos no seu parque habitacional. Conclui-se assim, com estes novos dados disponíveis, por um crescimento da desocupação do parque habitacional no país e na Região Centro.

Alojamentos familiares à data dos Censos segundo a forma de ocupação

	2011				2001	
	Portugal		Região Centro		Portugal	Região Centro
	N.º	%	N.º	%	%	
Total	5.865.390	100,0	1.445.107	100,0	100,0	100,0
Residência habitual	3.997.378	68,2	895.208	61,9	70,9	66,4
Residência secundária	1.133.166	19,3	352.991	24,4	18,3	23,2
Vagos	734.846	12,5	196.908	13,6	10,8	10,4

Do total de alojamentos que se encontram vagos, estão disponíveis para arrendar no país cerca de 15% e na região apenas 11,3%, à data dos Censos 2011. Em 33 municípios da região, o peso dos alojamentos vagos para arrendar no total de alojamentos vagos era superior a esta média regional, atingindo os maiores valores nos municípios de Murtosa (26,4%), Belmonte (26,6%) e Nazaré (28,9%).

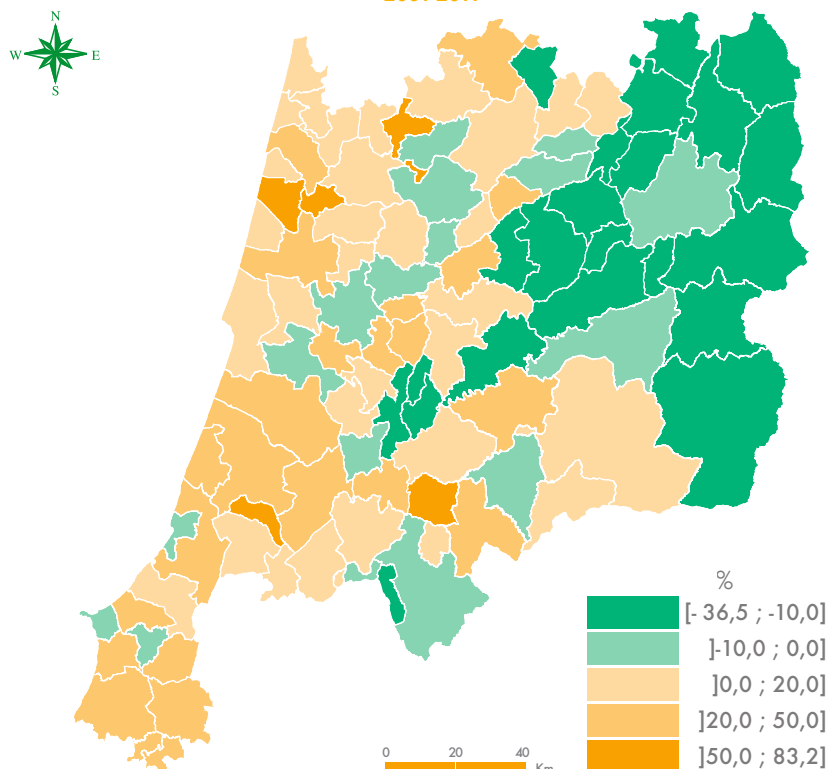
Arrendamento cresce na região, essencialmente no território litoral

Em 2011, existiam 787 mil alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados ocupados como residência habitual em Portugal, dos quais 111 mil estavam localizados na Região Centro. Se no caso do país, os alojamentos arrendados representavam 19,7% do parque habitacional de alojamentos familiares de residência habitual, no caso da Região Centro estes eram apenas 12,4%. No entanto, a média nacional era superada em cinco municípios da Região Centro: Peniche, Nazaré, Aveiro, Coimbra e Covilhã, onde o peso dos arrendamento era mais forte.

Face a 2001, os alojamentos arrendados e subarrendados ocupados como residência habitual aumentaram 9,8% na Região Centro, ou seja, acima do crescimento médio nacional (6,3%). Em termos territoriais, verifica-se que este aumento ocorreu essencialmente no litoral da região, uma vez que a maioria dos decréscimos registados no número de alojamentos arrendados ou subarrendados se observou no interior. As maiores diminuições (superiores a 25%) ocorreram em municípios do interior: Penamacor na Beira Interior Sul e Manteigas e Pinhel na Beira Interior Norte. Aumentos superiores a 50% ocorreram de forma heterogénea pela região: Oliveira do Bairro e Vagos no Baixo Vouga, Vila de Rei no Pinhal Interior Sul, Oliveira de Frades no Dão-Lafões e Batalha no Pinhal Litoral.

O aumento médio do arrendamento e subarrendamento tanto no país como nas várias regiões NUTS II poderá evidenciar uma inversão no paradigma que marcou as últimas décadas relativo ao acesso à propriedade através da aquisição de casa própria.

Varição dos alojamentos arrendados e subarrendados por municípios da Região Centro, 2001-2011



Verifica-se que os alojamentos familiares clássicos arrendados e subarrendados da Região Centro dispõem já, em termos médios, de boas infraestruturas: 99,4% dos alojamentos têm água canalizada, 98,8% têm sistema de drenagem de águas residuais, 97,5% têm instalação de banho ou duche e 37,1% têm lugar de estacionamento. Estas características dos alojamentos da região são muito semelhantes à média das observadas na totalidade dos alojamentos existentes no país.

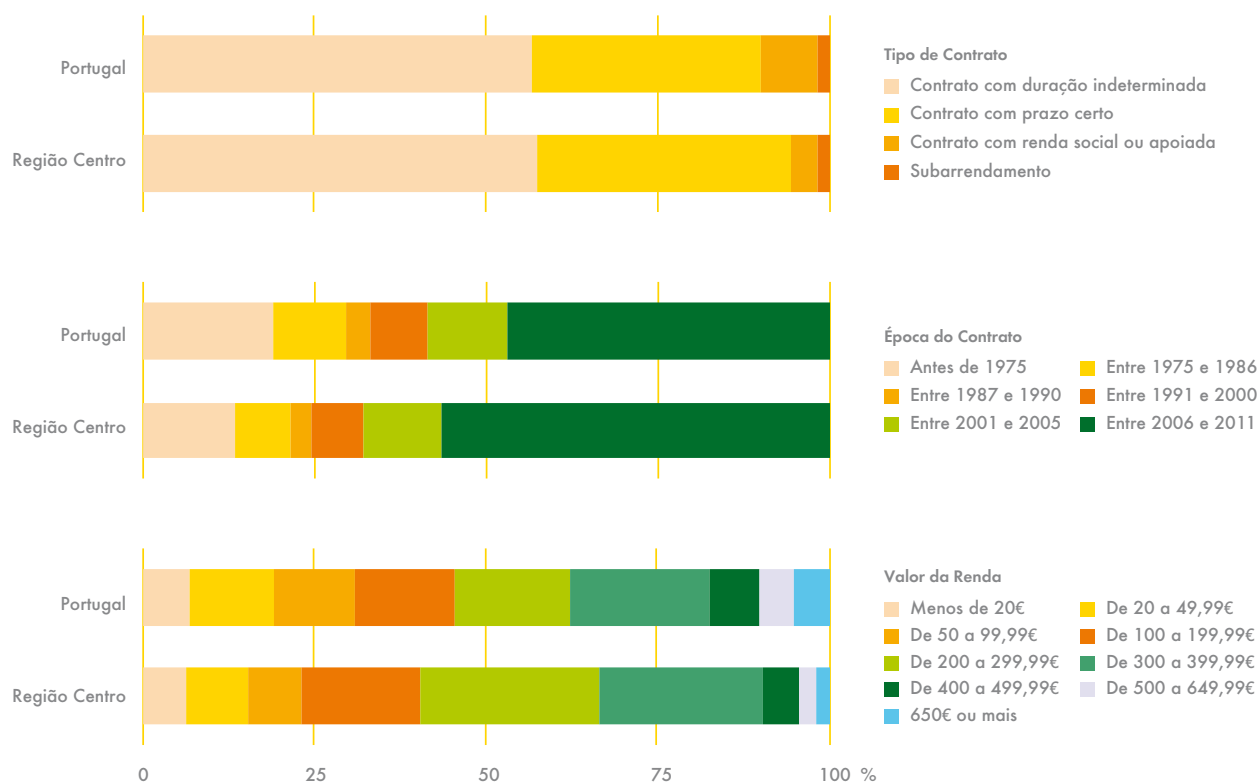
Contratos de arrendamento da região são de duração indeterminada, recentes e com uma renda média entre 200€ e 300€

Dos 111 mil alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados na Região Centro, a maior parte (57,5%) tem contrato com duração indeterminada. Os contratos com prazo certo assumem também grande importância, representando 36,8% do parque dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual da região. Face à estrutura nacional do arrendamento ou subarrendamento por tipo de contrato, verifica-se que a região apresenta um peso superior nos contratos com duração indeterminada e com prazo certo e um menor peso dos contratos com renda social ou apoiada e do subarrendamento.

A maioria dos alojamentos arrendados ou subarrendados respeitavam a contratos posteriores a 2005: 56,6% e 46,9% dos alojamentos da região e do país, respetivamente. Curiosamente, a segunda época de contrato com maior valor de alojamentos arrendados ou subarrendados são os alojamentos mais antigos (anteriores a 1975), quer a nível nacional (18,8%) quer regional (13,3%).

Segundo os dados dos Censos 2011 disponibilizados, as maiores discrepâncias entre as características dos alojamentos arrendados ou subarrendados no país e na região referem-se aos valores das rendas pagas pelos arrendatários ou subarrendatários. Na Região Centro, cerca de metade dos alojamentos arrendados ou subarrendados pagam rendas entre 200€ e 400€ (37% no país). Na região, apenas 9,7% dos alojamentos com contratos de arrendamento têm rendas acima de 400€, enquanto no país esta proporção sobe para 17,5%.

Características dos contratos de arrendamento ou subarrendamento em 2011, na Região Centro e em Portugal

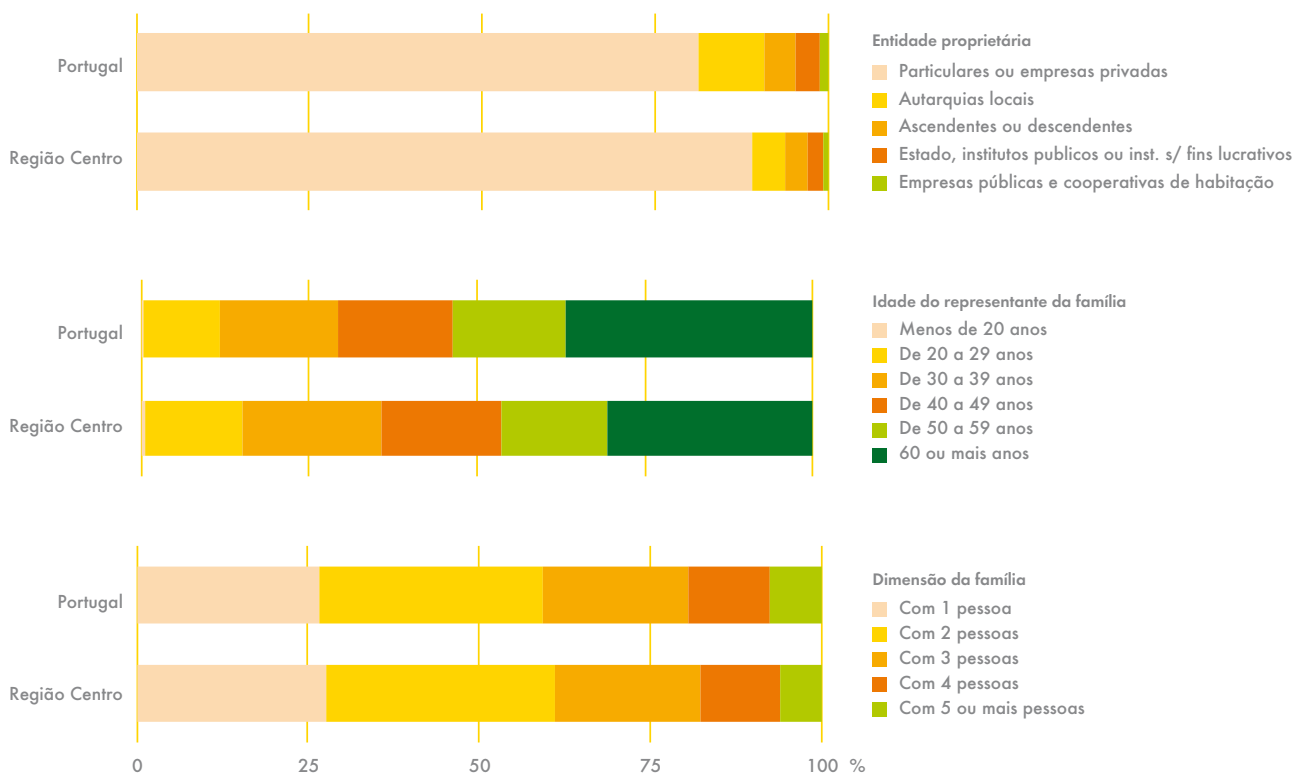


Grande parte dos alojamentos arrendados é propriedade de entidades privadas e o arrendamento é mais frequente em famílias de pequena dimensão

Em 2011, no país, menos de um quinto dos alojamentos arrendados ou subarrendados são propriedade de entidades não privadas, sendo que na região esta realidade é ainda menos usual com apenas 11%. As autarquias locais são a segunda entidade proprietária mais comum, embora representando apenas 4,9% na região e 9,6% no país.

Quanto às características da família ocupante que se conhecem a partir destes dados pré-provisórios dos Censos 2011, verifica-se que grande parte dos arrendatários tem mais de 50 anos, sendo que mais de 30% têm 60 anos ou mais. Verifica-se também que o arrendamento é uma opção de ocupação por parte de famílias de pequena dimensão. Na região, 27,7% dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual são ocupados por famílias unipessoais e 33,3% por famílias com 2 pessoas.

Características da propriedade e da família ocupante dos alojamentos arrendados ou subarrendados em 2011, na Região Centro e em Portugal



FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional:

- INE – Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
 - Inquérito ao Emprego
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
 - Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
 - Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho:

- INE – Inquérito ao Emprego (Base 2011)
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
 - Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

• Desemprego Registrado:

- IEFP – Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE – Estimativas Anuais da População Residente (2009 e 2010)

• Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE – Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE – Serviços Portugal, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

• Comércio Internacional de Bens:

- INE – Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
 - Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

• Turismo:

- INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Construção e Habitação:

- INE – Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para habitação

• Preços e Consumo Privado:

- INE – Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
 - Entradas e saídas de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
 - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
 - Assinantes do serviço de televisão
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins

• Políticas Públicas na Região Centro:

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 11, 12 e 13
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

• Open Days – European Week of Regions and Cities

- Comissão Europeia
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

• A aplicação da Tipologia de Áreas Urbanas à Região Centro

- INE – Classificações

• Parque habitacional da Região Centro – Censos 2011

- INE – XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação, resultados pré-provisórios e provisórios

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2011 foi recolhida até ao dia 14 de Dezembro de 2011.

